

Um tempo de renovada aprendizagem...

Agradecimentos

aos meus pais, Ivone e Matias

ao Gigante

aos colegas do escritório

ao Leão e ao Ivo

à Irana

aos meus amigos

Um tempo de renovada aprendizagem...

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura
Orientador: Arq. José Manuel dos Santos Gigante

Ângelo Lopes, Porto, Junho de 2009
Departamento de Arquitectura da FCTUC

Índice

Introdução	7
Projecto de Reconversão do Liceu Velho em Escola de Artes	8
1. São Vicente Mindelo	13
2. O Liceu Velho - Antigo Quartel Militar	17
3. O Programa - Escola Internacional de Arte	20
4. O Projecto / Base de Projecto	22
5. A Obra - Faseamento	28
6. Do projecto à obra - da obra ao projecto	30
Escritório	58
Inserção Urbana da Linha P	63
Casa Laura Fonseca	73
Centro Interpretativo	83
Casa Henrique Costa	91
“Plaza de la UAM”	103
Reconversão da Escola Rocha Peixoto	119
Conclusão	135
Bibliografia	137

Introdução

O presente trabalho de Prova Final da licenciatura em Arquitectura do DARQ enquadra-se num período de três anos em que, após a conclusão, em 2005, da parte curricular da minha formação, iniciei colaboração no escritório do arq.º José Gigante.

Incide sobre algumas das experiências práticas em que participei nesse espaço de trabalho, inicialmente entendidas como forma de complemento ao que seria à partida tema exclusivo da Prova Final: a reconversão do Liceu Velho em escola de artes, na cidade do Mindelo, República de Cabo Verde.

Apesar da progressiva diversificação dos meus focos de interesse, motivada pelo cada vez mais intenso envolvimento no trabalho profissional em equipa, o tema inicialmente escolhido foi-se mantendo como central na estrutura da Prova, se bem que fatalmente contaminado pelas experiências sucessivamente aprofundadas no âmbito do gabinete em que estava e continuo integrado. Experiências que, de modo cada vez mais evidente, se apresentam hoje como instrumentos já indispensáveis no meu processo de formação, enquanto exercício em si e enquanto processo de tomada de consciência dos meandros em que se move o nosso ofício, entre o projecto e a obra.

O tempo foi o da consolidação daquilo que tem sido a minha abordagem à Arquitectura.

Numa primeira parte da Prova falo do projecto da escola de artes, do seu enquadramento, e da forma como as experiências no escritório se reflectiram na sua definição, induzindo dúvidas e inflexões. Estabelecendo “pontes” entre estas experiências, refiro-me à forma como estes dois momentos se sobrepõem e interagem, na procura de uma atitude que desejo cada vez mais sóbria e ponderada no acto de projectar.

Na segunda parte da Prova abordo de modo sucinto cada uma das experiências vividas no seio da equipa de trabalho, reflectindo individualmente sobre os aspectos que considero mais relevantes. Da sua leitura conjunta ressalta a diversidade de temas e escalas, dos processos de projecto conformes ao tipo de obra, do próprio modo como me foi dado participar na equipa.

Entre a simples colaboração e a oportunidade de uma co-autoria (caso do concurso para a U.A.M.), o denominador comum foi sempre o de um empenhamento que o próprio escritório promove e exige, representando uma aprendizagem efectiva que não deverá ser iludida no quadro da presente reflexão sobre este breve período pós escolar da minha formação.

Projecto de Reconversão do Liceu Velho em Escola de Artes

Mindelo Escola Internacional de Arte (M-EIA)
Cabo-Verde

8



O projecto enquadra-se numa intenção real, em parte concretizada, da M-EIA (Mindelo – Escola Internacional de Artes), de ocupar o edifício popularmente conhecido por Liceu Velho. Ocupando actualmente a ala Nascente do piso superior e algumas salas no piso térreo, a escola funciona numa estrutura que não se esgota apenas nesta área, já que divide o espaço do Liceu Velho com a delegação escolar que temporariamente vai ocupando os dois pisos da ala Poente.

O presente projecto enquadra-se numa proposta de ocupação total do edifício por parte da escola, intenção que se pensa possa vir a ser concretizada num futuro próximo. Pretende apenas constituir-se como um projecto base, capaz de condensar uma ideia do que poderia ser essa ocupação, servindo de documento orientador de posteriores desenvolvimentos progressivamente mais fundamentados numa efectiva interacção com a M-EIA e num conhecimento detalhado das condições construtivas do preexistente. Conhecimento que só será possível através de um processo de sondagens directas que, na maior parte das vezes, só é viabilizado durante os próprios trabalhos de preparação da obra, quando a pouco e pouco se forem efectuando demolições e desmontagens dos seus elementos.

Para já, a presente fase de estudo passa fundamentalmente pela interpretação da arquitectura original do edifício existente e das diferentes transformações que o foram reconfigurando, e pela identificação dos contextos em que tal aconteceu, perspectivando o modo como, nesse quadro físico, se irá enquadrar o programa da Escola. Passa também pela possível flexibilidade dessa nova estrutura programática, sempre referenciada às limitações do próprio espaço em que se insere.

Entendeu-se ser este o enquadramento correcto para uma primeira abordagem do tema e do projecto, remetendo o seu possível rigor para um campo circunscrito mas bem identificado, resistindo assim à tentação de simular um pretenso aprofundamento do estudo que, por ausência de referências consistentes, se acabaria por revelar como meramente especulativo.

O tempo foi “bom conselheiro”, contribuindo para a maturação desta atitude perante o trabalho. O cruzamento com as experiências entretanto vividas no meu trabalho profissional trouxe a percepção do que representa este tipo de intervenção, dando-me a conhecer as fragilidades de qualquer projecto que, por ignorância ou pretensão, não conte com as surpresas que as redescobertas do preexistente reservam logo que o projecto se aproxima da “verdade”, ou seja, da obra. As experiências das obras em que colaborei, mesmo referidas a temas bem diferentes, contribuíram, de facto, para uma percepção gradualmente mais nítida desta realidade que, na interacção com o projecto, traz consigo em

muitos aspectos uma acentuada margem de imprevisibilidade.

Desde a redefinição de um fragmento (Casa Henrique Costa), à definição de um acrescento em complemento a um programa (Centro Interpretativo), à reinterpretação da própria identidade arquitectónica do objecto em que se intervém (Casa Laura Fonseca), a postura exige-se invariavelmente crítica, assumindo-se como material essencial de projecto a interpretação do objecto sobre o qual se actua e a ideia da sua transformação, para estabelecimento de uma linha de conduta de intervenção. Tudo o que seja prosseguir mais além, sem uma base suficientemente palpável e realmente aferível corre o risco de não passar de um vazio exercício de retórica sem efectivo reflexo na solidez e rigor do projecto.

Para uma abordagem que se pretende consciente, enquanto primeiro momento de reflexão criativa, entendeu-se ser este o devido enquadramento, sobretudo quando se deseja e se espera que ela possa vir a ser, de algum modo, posta ao serviço da intenção real de o programa se poder concretizar. Porque seria já muito bom se o presente estudo se viesse a tornar em documento de reflexão e proposta base para uma abordagem mais aprofundada no âmbito da futura reconversão do Liceu Velho. Melhor ainda, claro, se a este projecto viesse a ser dada a oportunidade de continuar.

Sinto hoje que estou mais próximo da compreensão do sentido do projecto e, por isso, mais reticente a inventar falsos argumentos para o fundamentar.

Quase sem o notar, três anos decorreram já desde o momento em que iniciei o trabalho. Tempo durante o qual dele me afastei, movido por outros interesses que, sei agora, são afinal complementares. Tempo durante o qual, de quando em quando, a ele fui regressando, de cada vez com um novo olhar, naturalmente marcado por essas mesmas experiências laterais.

Curiosamente, no último ano, tive a oportunidade de participar, a nível do gabinete, numa equipa alargada afecta ao Projecto de Reconversão da Escola Secundária Rocha Peixoto, na Póvoa de Varzim. Este trabalho trouxe o confronto com um programa idêntico e a sua adaptação a um edifício existente, articulada com a necessidade da sua ampliação. Reflectir sobre este programa permitiu-me estabelecer pontes com o projecto para o Liceu Velho e o próprio desdobramento do projecto por sectores (embora ligados entre si), abriu caminho à ideia de um faseamento da intervenção por partes que viabilizem a continuidade da ocupação do espaço sem uma interrupção total durante o período das obras. Ou seja, relativizou alguns aspectos de concepção do projecto, fazendo-o assentar sobre uma base mais razoável no que toca à eficá-

cia da solução num qualquer contexto real que a possa viabilizar. Finalmente, seria talvez pretensioso da minha parte estabelecer pontes temáticas com os outros dois trabalhos em que participei no escritório: o Projecto de Inserção Urbana do Metro do Porto nos concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim e o Concurso para a “Plaza de la UAM (Madrid)”.

Claro que existem as pontes, mas essas não são certamente temáticas ou programáticas. São as que, pela essência do acto de projectar, sempre decorrem da nossa própria experiência, religando fragmentos na nossa formação e conferindo-lhe solidez acrescida no entendimento da arquitectura que fazemos, ou seja, no conhecimento de nós mesmos.

1. São Vicente, Mindelo

Descoberta a 22 de Janeiro de 1462, a ilha de São Vicente teve uma presença discreta na história do arquipélago até finais do séc. XVIII. A falta de recursos naturais e os períodos de seca prolongada adiaram a fixação de povoações permanentes na ilha. Apesar de deserta, o abrigo do seu porto servia de escala a piratas e frotas de diversas nacionalidades que a disputavam entre si.

Temendo a perda da soberania das ilhas, até então desabitadas, para outras coroas, o Governo Português, em decreto de 1781, mandava adoptar “todas as providências necessárias” para que se levasse a efeito o povoamento das mesmas. Apesar de um primeiro fracasso, datado do início da década de 1790, o povoamento de São Vicente tornou-se a partir de então numa ambição por parte da Coroa Portuguesa. Seguiram-se várias tentativas.

A primeira tentativa oficial de povoamento data de 1795, com base na reforma e fomento da agricultura. Em Julho de 1797 foram instalados os primeiros colonos na ilha. A única povoação existente, então chamada Aldeia da Luz, recebeu o nome de Dom Rodrigo no ano de 1798. Contudo, as secas cíclicas que assolavam o arquipélago e as consequentes crises económicas e sociais levaram a novo abandono da ilha.

Em 1818, não tendo São Vicente mais de 120 habitantes, foi elaborada uma nova proposta para o seu povoamento, com a ideia de uma futura cidade a funcionar como centro administrativo da província, centrada nas actividades do Porto. Voltada para a baía, a então povoação rebaptizada com o nome de Leopoldina, era em 1820 um pequeno núcleo urbano constituído por uma igreja, uma alfândega, uma instalação militar, uma casa do governador situada a sul da igreja e um pequeno número de casas junto à mesma. A sua população cresce e prospera, apesar de ciclicamente fustigada por períodos de seca.

Em 1838, o Marquês de Sá da Bandeira assinou o Decreto Régio que ordenava a criação de uma povoação com o nome de Mindelo ⁽¹⁾, com a intenção de ser transferida para ali a futura capital da província. No mesmo ano era publicado o seu plano de urbanização, de desenho rígido e ortogonal, algo utópico pela sua dimensão geral. Os custos do projecto, as dificuldades económicas, as dificuldades no transporte de materiais e o lobby a favor da manutenção da capital em Santiago, inviabilizaram definitivamente a concretização do plano e a transferência da capital. Seria contudo por forças muito fora da influência do império colonial português que Mindelo veria a sua fundação e crescimento urbano.

Por essa altura, assistia-se ao emergir dos impérios industriais e financeiros actuais, dos quais o Inglês foi o pioneiro. A nova navegação industrial, então a vapor, colocou Mindelo na rota transatlântica para

abastecimento e distribuição da sua fonte de energia – o carvão. É neste novo enquadramento que se redefine a lógica do arquipélago, com o Porto Grande do Mindelo a afirmar-se no centro das atenções.

“O primeiro impulso para o seu desenvolvimento foi dado com a presença dos ingleses que aqui se instalaram a partir de 1851 para o fomento do comércio entre a Europa e as Américas, aproveitando as favoráveis condições do Porto Grande, hoje reconhecida como uma das mais belas baías do mundo. Com apenas 416 habitantes em 1850, a vila de Mindelo – cidade a partir de 1879 – rapidamente se transforma num centro cosmopolita por excelência e o mais importante centro económico do arquipélago.”

Leão Lopes, Mindelo – Cidade das artes

É na encruzilhada de barcos de várias nacionalidades que Mindelo se torna no ponto de encontro de marinheiros e comerciantes das mais variadas origens, convertendo-se na mais cosmopolita cidade de Cabo Verde. Esse facto torna marcante a vida económica, social e cultural da ilha que, nesse seu contacto com o mundo exterior, se foi moldando a novas formas de vida, expressões, hábitos, costumes e vocábulos. A cada navio que chegava ao porto, o seu ambiente era renovado com características vindas dos vários povos e culturas que ali se desembarcavam. É o que explica Mindelo como o centro cultural e intelectual do arquipélago, onde a permanente agitação criativa e artística caracterizou desde sempre a dinâmica da ilha, singular numa situação insular particularmente adversa.

“A insularidade física de S. Vicente era amplamente ultrapassada por esse dinamismo alimentado pelo movimento do Porto Grande, que permitia aos habitantes de Mindelo um convívio permanente com gente de diferentes culturas e origens.”

Leão Lopes, Mindelo – Cidade das artes

Mindelo conhece um período áureo no desenvolvimento comercial que desencadeia um crescimento exponencial da população, devidamente acompanhado pela expansão do núcleo urbano, sendo o ramo da construção o único de produção existente na ilha, sustentada pela construção de edifícios públicos e particulares.

Entre 1858 e 1879 são construídos edifícios de grande envergadura, entre os quais a Alfândega, o Palacete do Governo, os Paços do Concelho, o Mercado Municipal, a Cadeia Civil, o Matadouro e Curral do Concelho e o novo Quartel com alojamentos militares, na altura edifício com um único piso. Apesar das obras de maior envergadura terem sido edifícios públicos, também se fizeram alguns melhoramentos a nível urbano, entre os quais o calcetamento de todo o centro, a marcação de novas ruas e praças de forma a ordenar o futuro alagamento da cidade

e a arborização de algumas ruas.

A então vila de Mindelo fica assim em condições de ser elevada à categoria de cidade, o que acontece em 1879, pelo decreto régio de 14 de Abril de 1879.

Depois desse período áureo do comércio e do grande número de construções, principalmente de edifícios públicos, o Porto Grande passa por um período de grande crise no final da década de 1890, consequência das epidemias, que periodicamente apareciam na cidade, e da concorrência no abastecimento do carvão, que aumentou, diminuindo a intensidade do tráfego. Só em 1894 começa a aumentar novamente o fluxo de navios ao porto. Porém, o tráfego de outrora jamais foi recuperado. Em 1900 foram tomadas medidas que regulamentavam as edificações do Mindelo, entre as quais a marcação das cotas dos alinhamentos dos projectos, a determinação da altura das fachadas em função da largura das ruas, sendo a altura mínima dos andares fixada nos 3,5 metros.

Em 1908, a cidade do Mindelo conta com novos bairros. Nesse período, a expansão da cidade começa a ser direccionada para áreas fora da cidade.

Em 1911 foi elaborado, pela Direcção das Obras Públicas, o “Plano de Melhoramento da Cidade do Mindelo”. Os materiais de construção, as regras de compartimentação interior, as pinturas e tratamento das fachadas eram escolhidos como forma de garantir a salubridade dos edifícios.

Assim, a cidade foi-se desenvolvendo acompanhada pela elaboração de obras públicas que, nessa altura, foram essencialmente de adaptação ou remodelação de edifícios, tal como a adaptação do Quartel a Liceu e a instalação dos Correios, em 1921, e a construção do primeiro andar do Liceu entre 1927 e 1932.

As construções continuaram a ser feitas e a cidade continuou a crescer, apesar das fomes de 1941-43 e de 1947-48 e do bloqueio imposto ao Mindelo pelos aliados durante a II Guerra Mundial. O desenvolvimento urbano ressentiu-se mas não estagnou.

Entre as décadas de 1940 e de 1970 o volume de construções aumentou de forma expressiva, acompanhando o crescimento da população. Os bairros existentes expandiram-se, prolongando a ocupação não planeada e desordenada dos espaços livres.

A partir de 1957, e até final da década, foram elaborados vários planos com o intuito de regulamentar o desenvolvimento e ordenamento urbano do Mindelo, mesmo sendo poucas as zonas construídas com base na orientação de tais planos.

O Porto Grande deixou de ter a importância do passado e, após a independência em 1975, os ingleses abandonaram definitivamente São

Vicente. Como consequência, foram desmanteladas as companhias e estaleiros que marcaram presença em toda a baía desde meados do séc. XIX.

Com a independência, em 1975, registaram-se tentativas de resolver os problemas dos antigos planos através de novos planos, como o Plano Director elaborado pela direcção regional de urbanismo do Ministério das obras Publicas e o Plano Director Municipal de S. Vicente (1995). Nas décadas de 1980 e 1990 houve uma tentativa de dar seguimento a esses planos, consolidando o tecido urbano existente e procurando a articulação do tecido urbano antigo com a sua envolvente em contínua expansão. Procurava-se recuperar o centro, intervindo em alguns edifícios e espaços públicos, reorganizar a periferia e desenhar uma rede viária que ligasse os vários bairros que entretanto surgiram.

“Hoje contando cerca de 70.000 habitantes, Mindelo ainda se caracteriza como um cadinho de povos e culturas em permanente simbiose e agitação criativa”

Leão Lopes, Mindelo – Cidade das artes

2. O Liceu Velho – Antigo Quartel Militar

Com a elevação de Mindelo à categoria de vila, no ano de 1858, começou a execução de um grande programa, decidido na altura, para a construção de edifícios públicos. O financiamento foi conseguido principalmente através do lançamento de um imposto especial para a realização dessas mesmas obras.

Assim, uma das primeiras obras públicas realizadas em Mindelo, no período entre 1859 e 1879, foi a construção do novo Quartel com alojamentos militares, no local escolhido em 1858, um pouco afastado da povoação do Mindelo. Construção que começou no segundo semestre de 1859.

“ (...) foi principiado em Outubro de 1859 um bom edificio de 53m de comprimento, destinado para Quartel Militar e um segundo separado do primeiro por um espaço largo com destino a aquartelamento dos officiais.”

In BO 31 de 1873 – Relatório das Obras Publicas

Em 1861 já se haviam concluído as paredes do alojamento e parte do Quartel, cujo edificio era compartimentado em dois corpos, separados por um espaço largo, os quais eram destinados um para os soldados (praças de pret) e outro para os officiais. O edificio para alojamento dos officiais ficava por trás deste, a Norte, completando o conjunto edificado.

O optimismo inicial perante o desenvolvimento do Mindelo, baseado na decisão já ultrapassada de criar no Mindelo a futura capital de Cabo Verde, talvez tenha sido exagerado. Face ao grande espaço de tempo gasto na construção de alguns dos edificios percebe-se que houve dificuldades em cumprir o programa de edificação por falta de material, de trabalhadores qualificados e também do financiamento necessário, apesar dos rendimentos cada vez maiores do município. Assim, em 1861, registaram-se planos para utilizar a parte do Quartel destinado aos officiais como construção para instalação do Hospital Militar, evitando a despesa da construção de um terceiro edificio. Planos que nunca foram realizados, tendo-se mantido os edificios em paredes durante muitos anos.

No ano de 1870, o Quartel ficou provisoriamente coberto. Em 1871 continuaram-se as obras com algumas ampliações, tendo sido reservado para a residência do Governador a parte do Quartel que era destinada ao alojamento dos Officiais. Durante alguns anos ainda continuaram as obras do Quartel.

Em 1873 ficou finalmente concluído, sendo na altura um prédio de rés-do-chão. Em frente do Quartel, circundado por um muro e terraplanado, encontrava-se o então chamado Largo da Parada, a praça do desfile. Pela pouca documentação que foi possível recolher percebe-se que o

edifício era formado pelo corpo principal do Quartel, imponente no conjunto, desenvolvido sobre o comprido e dobrado a Norte e a Sul por dois corpos mais curtos. A Norte, rematada em forma de L, encontrava-se ainda a então residência do Governador. No lado Nascente percebe-se então a existência de um muro que fechava o conjunto em forma de rectângulo, constituindo um pátio interior, ao qual provavelmente foram encostados novos acrescentos. A construção era de alvenaria de pedra, com paredes divisórias de tabique.

Entretanto, as actividades continuaram no Quartel até à década de vinte, altura em que, depois da construção das instalações da tropa no Morro Branco, começaram as transformações do edifício.

Em 1921 foi aprovado o orçamento para a instalação do Liceu Nacional Infante D. Henrique (criado em 1917) no chamado Quartel do Corpo da Polícia e Guarnição. Pouco tempo depois, no mesmo ano, foi aprovado o projecto de “transformação do Quartel Antigo e frontispício do Liceu, a fim de se instalar a Estação Postal” e a “construção de um andar sobre o corpo central do mesmo para a Repartição superior dos Correios e Telégrafos”. Estas obras continuaram durante mais ou menos três anos e meio.

Em 1924 foi anunciada a transferência da Estação Postal para sua instalação própria no novo edifício.

“A parte do Liceu foi ampliada poucos anos depois. Na distribuição de fundos (Obras Publicas) para o ano económico de 1927-28 uma primeira quantia foi destinada para a construção do primeiro andar do Liceu (parte traseira do edifício). Numa portaria de Outubro de 1927 percebe-se que as obras começaram já nesse ano. No entanto só foram concluídas no fim de 1932.”

In BO 48 de 1932 – Notícias dos Concelhos

Com a mudança de utilização do edifício, o Largo da Parada, antes fechado ao público, foi aberto e passou a chamar-se Largo do Liceu ou Pracinha do Correio, embora a designação oficial fosse Praça do Dr. Duarte Silva. Hoje chama-se praça Zimbabwe.

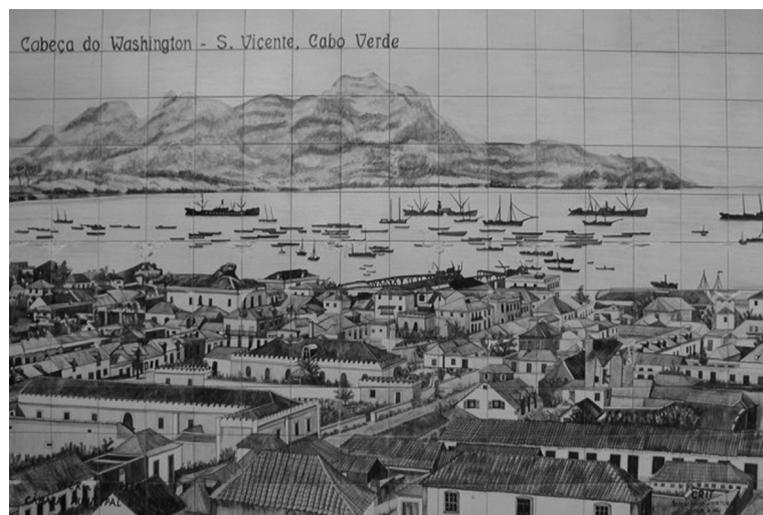
Em 1937, o Liceu foi extinto pelo Governo Português Salazarista, que nesse mesmo ano foi forçado a reabri-lo, adquirindo então o nome de Liceu Gil Eanes.

Na década de quarenta os Correios deixaram de funcionar no edifício. Mais tarde, no início da década de cinquenta, a escola foi ampliada através de novas construções no lado Este do edifício principal.

Quando, em 1968, o Liceu foi transferido para o novo edifício na Chã de Cemitério, passou a funcionar como escola preparatória, actualmente com o nome de Jorge Barbosa.

Em 2000, devido às deficientes condições do edifício, foi fechada a es-

cola, tendo sido feitas obras principalmente no seu interior, transformações que resultaram no edifício tal como agora o encontramos. Hoje, ocupando um dos edifícios mais notáveis da cidade enquanto património histórico do Mindelo, a M-EIA quer sobretudo preservá-lo, que é o mesmo que promover e reafirmar a identidade cultural do Mindelo.



Em cima: O antigo Quartel Militar

Em baixo: O Porto Grande e o antigo Quartel Militar no canto inferior esquerdo

3. O Programa – Escola Internacional de Arte

“Cabo Verde, pelas suas singularidades geográficas e antropológicas, congrega um conjunto de particularidades que lhe conferem condição privilegiada enquanto espaço laboratorial para o exercício das confrontações culturais que, no contemporâneo atravessam os desígnios profundos dos artistas.

O país tem percorrido um caminho de desenvolvimento que lhe põe questões de vária ordem, uma das quais é o papel da cultura e o que dela se espera para melhor o enquadrar nos desafios e conflitos da modernidade. A situação da arte em Cabo Verde é complexa, tanto no que respeita aos seus conteúdos educativos quanto à sua importância como meio de conhecimento e desenvolvimento das potencialidades nacionais com vista a um desenvolvimento que reverta para a boa qualidade de vida dos caboverdeanos e para boa realização dos seus desígnios. Varias componentes do desenvolvimento do país têm nos últimos anos conhecido significativo crescimento; na organização política do país, na economia, na educação, na saúde. Na educação embora se tenha introduzido há já alguns anos a disciplina de educação artística no sistema nacional de ensino, o país debate-se seriamente com a pertinência ou não, de uma educação e práticas artísticas no contexto do desenvolvimento global das ilhas.”

Leão Lopes, Mindelo – Escola Internacional de Artes

“A criação da Escola Internacional de Arte na cidade do Mindelo sustenta-se no princípio de que a cultura e o desenvolvimento se condicionam mutuamente. Assim o projecto de Escola terá a cultura como pressuposto de qualidade de vida, valorização pessoal e social; como pólo de desenvolvimento do turismo qualificado; como estruturante do tecido social. Dará especial atenção ao papel das indústrias culturais como motor de desenvolvimento, riqueza e emprego e promoverá a cultura artística contra a exclusão, numa perspectiva pedagógica.

Pretende-se instituir uma educação em arte que propicie o desenvolvimento do pensamento artístico, divergente, mas que caracterize um modo particular de dar sentido às experiências pessoais ou colectivas, ampliando a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Os cursos a instituir habilitarão os que buscam conhecimentos pedagógico-artísticos, preocupados em estimular a capacidade humana de criar, numa perspectiva interdisciplinar que qualifica, actualiza e integra e, adquirir instrumentos para uma maior participação com ética e cidadania, em questões sociais, políticas, artísticas e culturais do contexto em que está inserido.”

Leão Lopes, Mindelo – Escola Internacional de Artes

“Acresce a esta argumentação que situa este projecto no arquipélago, com sede na sua “cidade das artes”, a justeza de instalação deste projecto cultural, entendido declaradamente como de desenvolvimento, e nesse sentido, proclamador das novas e ampliadas funções da arte e da cultura, no progresso dos povos, na valorização reconhecida das suas identidades.”

Leão Lopes, Mindelo – Escola Internacional de Artes

Da leitura destes extractos, transparecem as ideias base que sustentam a criação da Escola Internacional de Arte, seu contexto e objectivos.

A “responsabilidade” da sua criação foi assumida pelo Atelier Mar. Fundado em 1979, e reconhecido como ONG em 1987, tem desenvolvido programas de formação e pesquisa para promoção e desenvolvimento das artes e ofícios em Cabo Verde. Com cerca de 30 anos de experi-

ênça nessa área de intervenção, o Atelier Mar entendeu como consequência do processo natural dos caminhos percorridos a criação da Escola Internacional de Arte, vocacionada para a oferta de formação superior, contribuindo assim para a resolução da problemática do ensino artístico no arquipélago. No ano de 2004, foi assim criada a "Mindelo - Escola Internacional de Arte.

Hoje ocupa parte do edifício do Liceu Velho, espaço onde nos anos trinta um grupo de jovens intelectuais engendraram o projecto da revista literária Claridade, sintonizada com o pensamento modernista caboverdiano. Inserido nesta tradição modernista, o projecto da Escola Internacional de Arte propõe a recuperação desse espaço que o simboliza para ganhar corpo.

O Programa que serviu de base ao projecto foi definido numa base flexível, prevendo eventuais inflexões na estruturação interna dos cursos e no consequente modo de apropriação dos espaços. Assim, foram delineados três núcleos programáticos que se entenderam estruturantes no funcionamento da Escola: o núcleo dos ateliers/oficinas e salas de aula, o núcleo administrativo e o núcleo dos espaços públicos/alunos.

Cursos: Artes Visuais, Musica, Design e Arquitectura

Programa:

21

Núcleo espaços públicos/ alunos

- Átrio/ Recepção
- Auditório
- Sala de Exposições
- Cafeteria/Bar
- Biblioteca

Núcleo dos ateliers/oficinas e salas de aula

- Atelier de Artes Digitais/ Sala de informática
- Atelier de Fotografia
- Atelier de Gravura/ Serigrafia/ Têxteis
- Oficina de Musica (aulas práticas e ensaios)*
- Atelier Polivalente (maquetas, para pequenos trabalhos em metal e em madeira)
- Salas de Aula
- Sala de Desenho/ Projecto

Núcleo Administrativo

- Secretaria
- Administração / Direcção

4. O Projecto / Base de Projecto

Interpretação / Intervenção

“ Do tempo temos o natural envelhecimento, o passar pelas mudanças físicas de diferentes usos ou apenas da própria evolução dos mesmos usos. Da memória temos as vivências de todos quantos usufruíram do lugar, impregnando-o de uma espiritualidade única, insubstituível nos bons e nos maus momentos. Um edifício não é apenas um edifício.”

Victor Mestre, *Intervenções Contemporâneas em património paisagístico, urbano e arquitectónico*, In *Arquitectura Ibérica n.º 12 Reabilitação*, Ed. Caleidoscópio 2006 (pág.51)

A configuração actual do Liceu Velho resulta fundamentalmente das transformações e ampliações ao edifício do antigo Quartel Militar – incluindo os alojamentos - em finais da década de vinte, início da década de trinta do século passado.

Nessa altura, o edifício do Quartel Militar – correspondente ao corpo principal a Poente – foi substancialmente transformado. O piso térreo foi adaptado para a instalação da Estação Postal, e sobre ele foi elevado um novo corpo central, mais curto, para a Repartição dos Correios e Telégrafos. Os espaços térreos assumem uma configuração simétrica, segundo um eixo que passa pelo corredor que liga ao pátio, onde é criada uma escada de acesso ao piso superior. A introdução de uma estrutura em arcos nos dois espaços centrais, correspondentes ao novo volume, remontará a esta altura, embora hoje se mantenha original somente a do espaço a Sul. Os espaços no extremo deste corpo eram cobertos em telha, com quatro águas, tendo-se mantido assim até a década de noventa (altura em que frequentei, como estudante, a então escola preparatória).

Também foi reconfigurado o alçado principal do edifício, mantendo até hoje intacta a mesma imponência, enquadrada pela praça frontal ao edifício.

No piso superior, os espaços mantêm ainda a mesma configuração, salvo pequenas alterações, preservando ainda as paredes de tabique que compartimentam os espaços, servidos por um corredor longitudinal, os tectos em estuque e uma estreita escada de acesso ao sótão. Este último, um amplo espaço moldado pelo desvão da cobertura, pavimentado a soalho, encontra-se agora desaproveitado.

Do lado Norte e Nascente, absorvendo os antigos alojamentos – que penso terem correspondido às três salas mais elevadas que desenham o canto – construiu-se o corpo destinado ao Liceu propriamente dito, em dois pisos. Com a configuração que tem actualmente, constituído por várias salas mais pequenas servidas por uma galeria/corredor virada para o pátio interior do edifício, este corpo possui ainda um acesso independente que liga os dois pisos.

A Sul do conjunto foi construído o volume que remata o anterior, estruturado igualmente em dois pisos e fazendo também parte do Liceu. Aqui

encontra-se um amplo espaço no piso superior e, no piso térreo, alguns espaços que foram sendo compartimentados ao longo dos tempos na medida das adaptações que se foram fazendo a partir de então. Ainda deste lado, dois volumes mais baixos completam o conjunto edificado que, no seu interior, encerra um pátio, estruturante para o seu próprio funcionamento.

Sem uma demarcação clara (identificável de forma isolada) daquilo que foi o antigo Quartel Militar e respectivos alojamentos (dos espaços e do seu funcionamentos), a leitura que se faz hoje do conjunto edificado resulta fundamentalmente das modificações efectuadas nestas duas décadas. Aproveitando e ampliando estas instalações, efectuaram-se transformações significativas na leitura do conjunto primário, reconfigurando-o no edifício que é hoje.

Apesar das várias apropriações que foi tendo depois deste período, as transformações não se revelaram significativas nessa configuração.

Assim, o edifício resulta hoje numa sobreposição dessa leitura temporal, que, na minha leitura, surge demarcada por quatro momentos: o corpo principal a Poente do conjunto, o corpo em L que fecha a ala Norte e Nascente, e mais dois corpos a Sul. O pátio resulta como elemento unificador no qual participam cada um destes corpos, permitindo a cada um deles um uso independente e/ou integrado.

A apropriação do programa proposta vai de encontro a esta demarcação, por sectores, tornando claramente identificável o uso de cada um deles.

Considerando a dimensão dos seus espaços, proponho que o corpo principal se constitua como o núcleo de espaços públicos/alunos, podendo funcionar ao mesmo tempo para a escola ou numa perspectiva mais virada para o público.

Aqui funcionará, no piso térreo, um auditório, um espaço de exposição que serve também de átrio do auditório, um espaço de recepção onde se resolve a ligação vertical com os outros pisos, e ainda um bar/cafetaria. Os dois espaços centrais funcionam também como espaços de transição, estabelecendo a comunicação entre o exterior e o pátio interior, e permitindo também o percurso entre todos os espaços aqui integrados. A sala de exposição ocupa o espaço onde ainda se preservava a estrutura original de arcos que suportam o piso superior porquanto, do lado oposto, a estrutura terá sido refeita mais tarde (segundo o princípio de simetria do desenho deste corpo). Pelo que proponho a demolição desta última e conseqüente reconstrução da laje, integrando o vão da futura escada de ligação entre os pisos, bem como o elevador. O bar apropria-se de um pequeno espaço de apoio no contacto com o corpo a Norte, onde se organiza uma pequena cozinha e um arrumo,

acessíveis através do pátio. O auditório, com capacidade para 90 pessoas, será apoiado pelo espaço de exposição, podendo este funcionar como um núcleo independente.

No que se refere ao piso superior proponho uma reconfiguração do espaço existente. A meu ver, o espaço oferece uma potencialidade desaproveitada pela sua actual condição. A excessiva compartimentação dos espaços, distribuídos ao longo de um corredor longitudinal, condiciona a sua apropriação. Assim, proponho a demolição das paredes interiores, criando um amplo espaço onde funcionara a biblioteca. O único elemento estrutural neste espaço será o volume de ligação entre os pisos, estrategicamente posicionado de modo a criar um espaço de distribuição a Norte que liga ao terraço exterior e ao resto dos outros espaços neste piso, através da galeria/corredor. O espaço ganha assim flexibilidade no seu uso, permitindo a organização dos vários espaços de leitura e restantes espaços necessários sem um claro comprometimento estrutural. Uma solução baseada numa compartimentação com o simples recurso a estantes, permitirá definir do lado Sul uma sala de apoio à biblioteca.

O sótão, desaproveitado até agora, constituiu uma surpresa enquanto território de projecto, assumindo-se como área adequada para o enquadramento de uma sala polivalente. A demolição das paredes do piso inferior, obrigando a repensar a sua estrutura, abriu caminho para a possibilidade de refazer a sua laje de pavimento a uma cota mais baixa, de modo a ganhar pé direito. De modo a compensar a deficiente iluminação do espaço introduziram-se ainda uma série de clarabóias, orientadas de forma a evitar a incidência directa do sol. Assim se reconfigurou e revitalizou um espaço que poderá funcionar tanto enquadrado num programa mais público como vocacionado para área de prolongamento de determinadas aulas. Sendo admissível que possa mesmo funcionar como oficina de música, desde que se garanta o necessário isolamento sonoro relativamente ao piso inferior e o próprio tratamento acústico do espaço.

Outra alteração também significativa neste corpo tem a ver com a resolução das acessibilidades. Aliás, este foi um tema recorrente em todo o edifício. A demolição das escadas existentes no corredor de ligação ao pátio, descongestionando a área de articulação, abriu também caminho à introdução, no espaço de recepção, de uma nova escada e de um possível elevador, resolvendo de modo mais fluido a articulação entre todos os pisos do edifício.

A introdução deste tipo de programa neste corpo permite assim a flexibilidade da sua apropriação, podendo funcionar de forma independente para o público ou para a escola, com uma gestão espaço a espaço,

permitindo cruzar estas duas vontades, fazendo a escola participar da cidade e vice-versa.

No que se refere ao corpo que fecha as alas Norte e Nascente do edifício, construído quando da instalação do Liceu, aproveitou a aptidão própria dos espaços para distribuir o programa das salas de aulas e ateliers.

No seu piso térreo ficarão os ateliers, ocupando as cinco salas disponíveis: atelier de artes digitais, atelier de gravura/serigrafia/têxteis, atelier de fotografia (com um espaço de arrumo por baixo do patamar da escada) e dois ateliers polivalentes que poderão também funcionar como salas de aula, dependendo da própria flexibilidade da escola. A opção de os colocar neste piso prende-se com os equipamentos a eles afectos e com o facto de se poder fazer uma apropriação mais directa do pátio, também entendido como potencial espaço de experimentação, prolongamento das áreas de atelier.

No piso 1 encontram-se as salas de aula e um pequeno espaço para instalações sanitárias, ligados por uma galeria/corredor coberta. Esta permite ainda a articulação de todo este piso do edifício, ligando o terraço do corpo principal à sala de desenho no extremo sul do conjunto. Aqui, os espaços mantêm a sua configuração actual, à excepção das instalações sanitárias, agora existentes no piso térreo, que passam a ser localizadas no piso superior. Redesenha-se ainda o acesso às três salas de pavimento sobrelevado no piso 0, introduzindo uma rampa e um murete baixo de protecção ao volume existente.

Esta ala possui a sua própria autonomia, conferida pela ligação entre os dois pisos, articulada com o pátio, podendo assim funcionar também de forma independente.

No corpo principal, a Sul, funcionará no piso 1 a grande sala de desenho/projecto, um dos principais espaços do edifício, que completa em termos de programa os espaços destinados a aulas.

No piso 0, propõe-se a demolição de algumas paredes divisórias, definindo três espaços principais, que funcionam de forma independente, em cotas diferentes: a sala de direcção/administração, à cota dos ateliers; um núcleo onde se centram todas as instalações sanitárias todas deste piso, articulado com o pátio; e o espaço da secretaria, ligeiramente abaixo da cota do pátio, onde se introduz um mezanine, aproveitando o elevado pé-direito. Agrupam-se assim neste nível as áreas de serviço e a administração.

A grande alteração proposta, e que acrescenta uma nova leitura na imagem exterior do edifício, é a introdução de um novo volume entre o corpo principal a Poente e o corpo a Sul, substituindo dois volumes mais baixos existentes entre estes. A decisão de demolir tais volumes

prende-se com duas questões: primeiro, com o seu perfil incaracterístico na configuração do conjunto, tanto no que se refere à sua volumetria como ao desenho das suas fachadas; segundo, com a ideia de trabalhar uma nova entrada, independente do volume principal, capaz de criar a possibilidade de explorar uma nova imagem para o edifício, tocando embora tão-somente num pequeno segmento, o mais frágil, da sua actual envolvente.

A demolição deste volume intercalar, arquitectonicamente desqualificado, permite tornar independente a leitura dos dois volumes principais adjacentes, contribuindo para a clarificação da identidade de cada um e, por essa mesma via, do edifício no seu todo. A introdução de um elemento neutro, uniforme e sem aberturas demarcadas concorre para a consolidação deste desígnio.

Implantado na cota mais baixa (a cota da secretaria), com as dimensões aproximadas do existente, mas com uma materialidade diferente, o novo volume faz a transição entre o pátio e a rua e ainda destes com o espaço da secretaria. Redesenha um novo enquadramento com a Av. Fernando Ferreira Fortes, criando uma nova relação do edifício com o exterior.

Assumindo-se como espaço de transição, aqui também se propõe para seu uso um espaço de exposições temporárias.

Um volume construído com ripados de madeira que, filtrando a incidência solar no seu espaço interior, permita uma transparência entre o pátio e a rua, chamando a cidade a também participar do edifício.

O pátio é o que se poderia considerar o quinto momento do conjunto, estruturante para o seu funcionamento, determinante para a consumação da razão de ser da sua arquitectura. Sendo um espaço com dinâmica própria, onde o edifício participa no seu todo, nele se consubstancia a unidade do conjunto.

Nele se propõe a introdução de um elemento estrado/palco, desmontável, à sombra da grande árvore que aqui se encontra. Um elemento que resolve por um lado a articulação de nível do corpo principal (através da recepção) com o corpo das aulas, servindo por outro lado de palco apropriável pelo pátio ou de prolongamento exterior do bar.

Neste trabalho foi confluindo a reflexão sobre muitos dos temas com que fui sendo confrontado durante este período da minha formação, enquadrado no escritório do arquitecto José Gigante. Temas que foram girando em torno da intervenção sobre o existente, sobre a pertinência das ideias que geram a sua transformação, sobre as inflexões do próprio processo de projecto e os cruzamentos entre os trabalhos inerentes à sequência dos vários tempos de experimentação.

Entre estas reflexões sobressai a permanente descoberta sobre a iden-

tidade arquitectónica do existente, sobre o modo como é reinterpretado em função de um programa, sobre o sentido da transformação que o projecto veicula.

Nada do que fazemos está desligado da nossa vida e, por consequência, deste ofício, o de projectar, que me tem acompanhado desde que iniciei o curso de Arquitectura. Tudo, a espaços, na medida do seu próprio devir, foi contaminando a minha maneira de pensar e assim se viu reflectido no projecto da Escola de Artes, lenta mas persistentemente desenvolvido em paralelo com estes primeiros tempos de prática profissional.

5. A obra – Faseamento

Propõe-se, neste momento de reflexão, um possível faseamento da obra.

Adequado à própria distribuição do programa, feita por sectores, a obra poderá ser executada de forma a permitir o funcionamento da escola em simultâneo. Esta adequação permitirá ainda uma possível gestão dos custos da obra em função da disponibilidade (financeira) ou não da Escola em poder cumprir a prazos a sua execução.

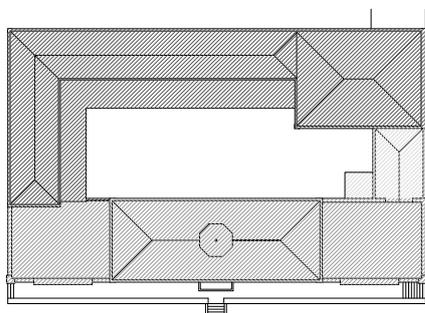
Assim, numa primeira fase, seria prioritária a recuperação dos espaços de aulas, correspondentes ao corpo em L, e, se possível ao mesmo tempo, os de serviço e de administração, correspondentes ao corpo principal a Sul. Ainda em que seria necessário providenciar para uma gestão dos espaços do corpo principal a Poente de modo a integrar provisoriamente este programa.

Após a conclusão das obras da primeira fase e início do funcionamento dos espaços nela incluídos, passar-se-ia num segundo tempo às intervenções no corpo a Poente.

Aqui, envolver-se-ia um maior volume de obra, com a desmontagem das paredes e da laje de cobertura do primeiro piso e demolição da estrutura existente no espaço de recepção, e ainda a construção das duas novas lajes e da escada de articulação entre os três pisos. Uma intervenção que, para adequada rentabilização da obra, deverá ser executada de modo integral.

Finalmente, a terceira fase da intervenção seria a demolição dos dois volumes mais baixos a Sul, e construção do novo corpo de entrada da Escola, uma estrutura simples, montada com base em estrutura e ripados de madeira, mediando a tensão entre o pátio e a rua.

28



1ª FASE



2ª FASE



3ª FASE

6. Do projecto à obra – da obra ao projecto

Este é o tipo de projecto que, para se aprofundar e consolidar, carece urgentemente do contacto com a obra.

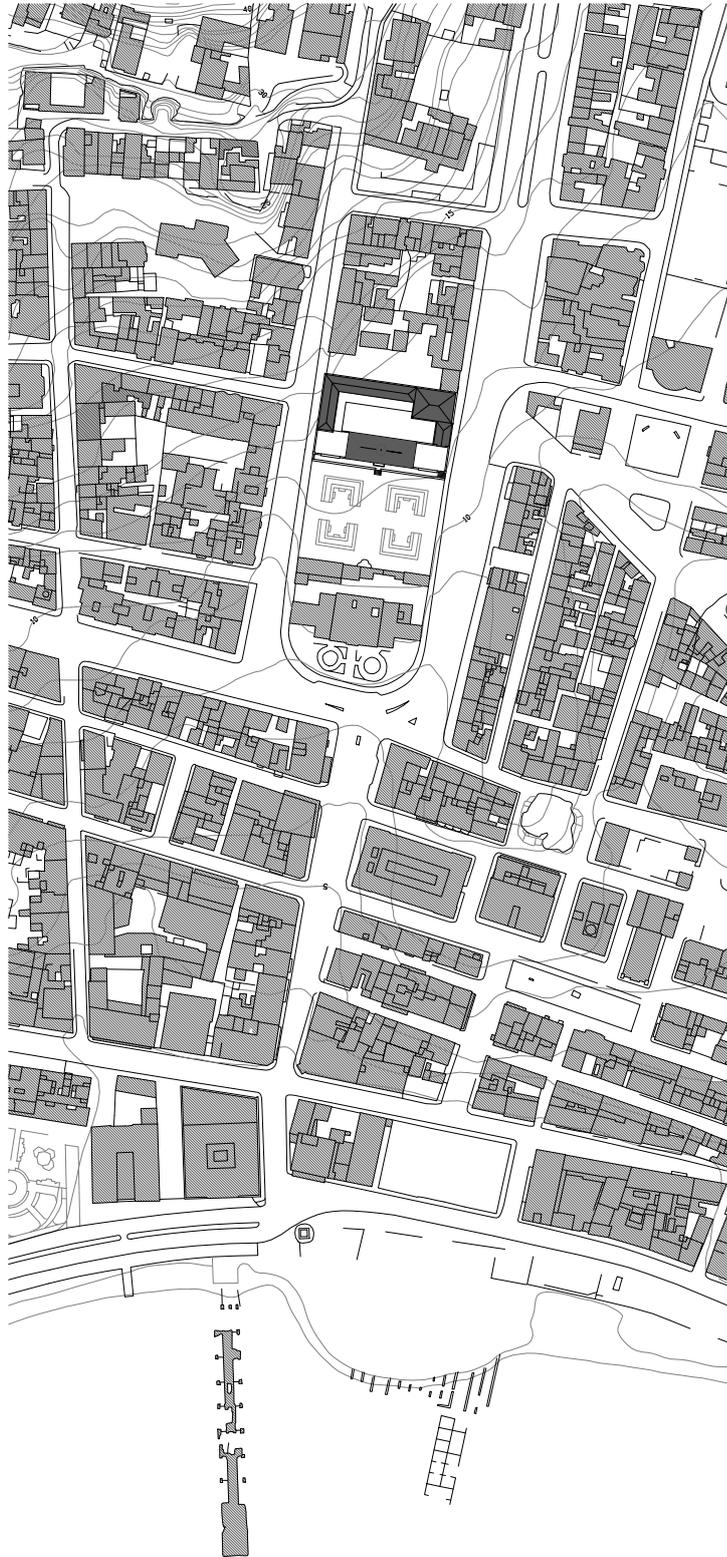
Se o quisermos desenvolver um pouco mais, nomeadamente no que toca ao detalhe e à especificação dos processos construtivos, necessitaríamos de um contacto muito próximo com o edifício existente, re-lendo-o insistentemente a cada passo da maturação dos pressupostos da ideia da sua transformação. O que se afigura impossível ou, pelo menos, de difícil compatibilização com a vontade de permanecer ligado, durante este período de três anos, ao trabalho profissional, uma experiência de incontornável interesse para a minha formação e cuja intensidade operacional se tem revelado motivo dissuasor de ausências minimamente prolongadas para a satisfação de tais designios.

Assim sendo, o propósito de desenvolvimento detalhado do projecto foi-se esbatendo face à oportunidade, bem mais estimulante, de cruzar experiências e testar a abertura possível da aproximação ao contacto com a(s) obra(s) do gabinete.

Deliberada e conscientemente afastada tal hipótese de um trabalho de campo, adivinhava-se também que a mesma se poderia eventualmente revelar insuficiente face à impossibilidade de investigar o edifício nos seus aspectos mais concretos, o que normalmente só se torna viável no decorrer do próprio processo de obra, quando se procede a desmontagens, demolições e sondagens. Uma intuição que foi ganhando sentido face às próprias experiências que ia perfazendo no atelier, à medida que se ia adensando o meu contacto com as obras de reconversão de edifícios a que estive ligado.

Resta-nos, assim, esperar que o estudo elaborado possa ganhar eco junto da própria M-EIA, que desde o início me entusiasmou para desenvolver o trabalho, e que, de algum modo, possa ser total ou parcialmente aproveitado para, no mínimo, servir de base propositiva para o diálogo com as entidades passíveis de promoverem e/ou financiarem a tão desejada reabilitação do Liceu Velho.

Lá estarei, certamente disponível, atento às aberturas possíveis, para que a partir da obra possa regressar ao projecto e neste depositar os futuros reconhecimentos da realidade capazes de estimularem a sua releitura no âmbito de um quadro concreto, social e economicamente viável – e assim se transformar em facto arquitectónico, ou seja, espaço culturalmente vivo.



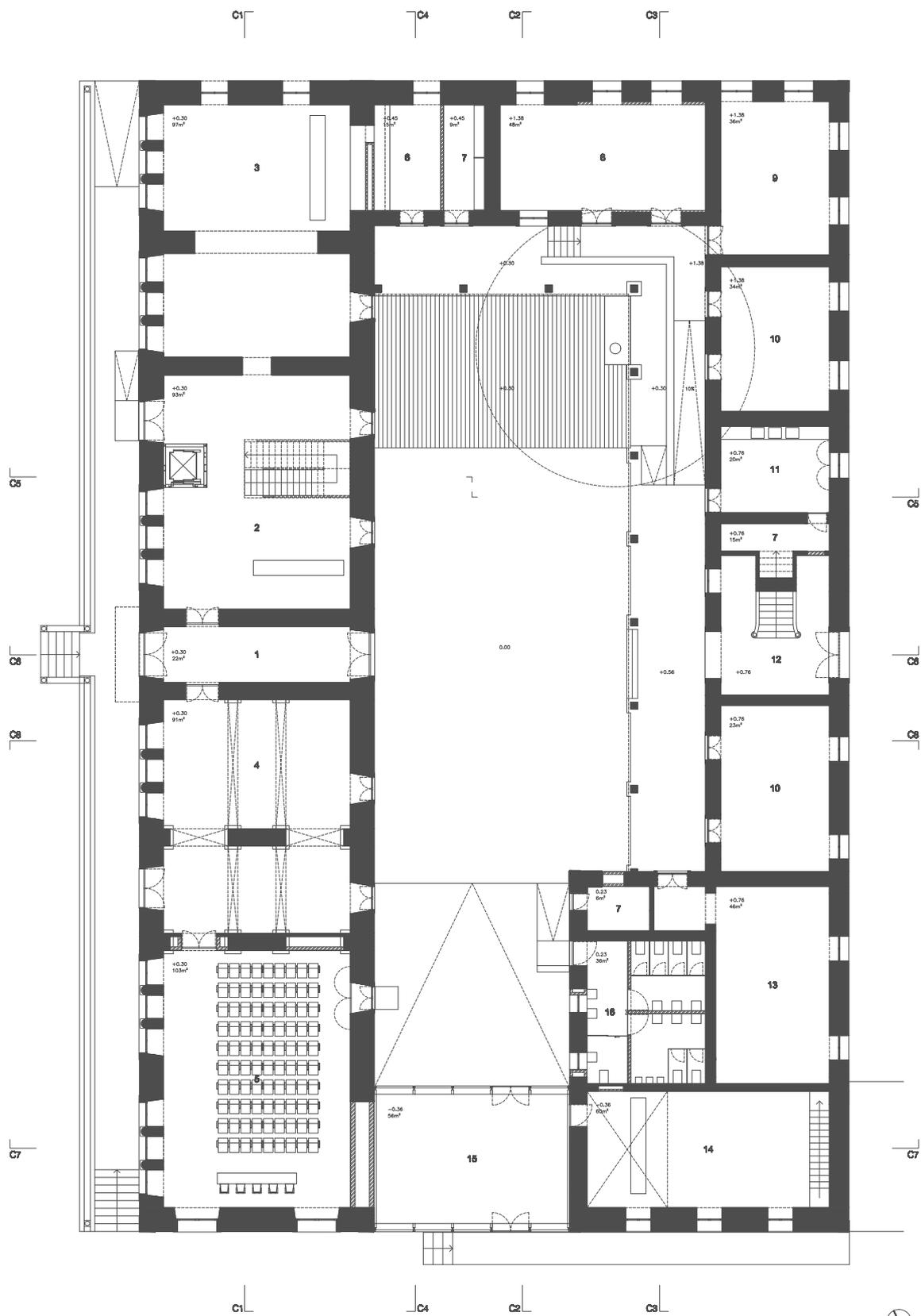
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO





PLANTA DO EXISTENTE - PISO 0

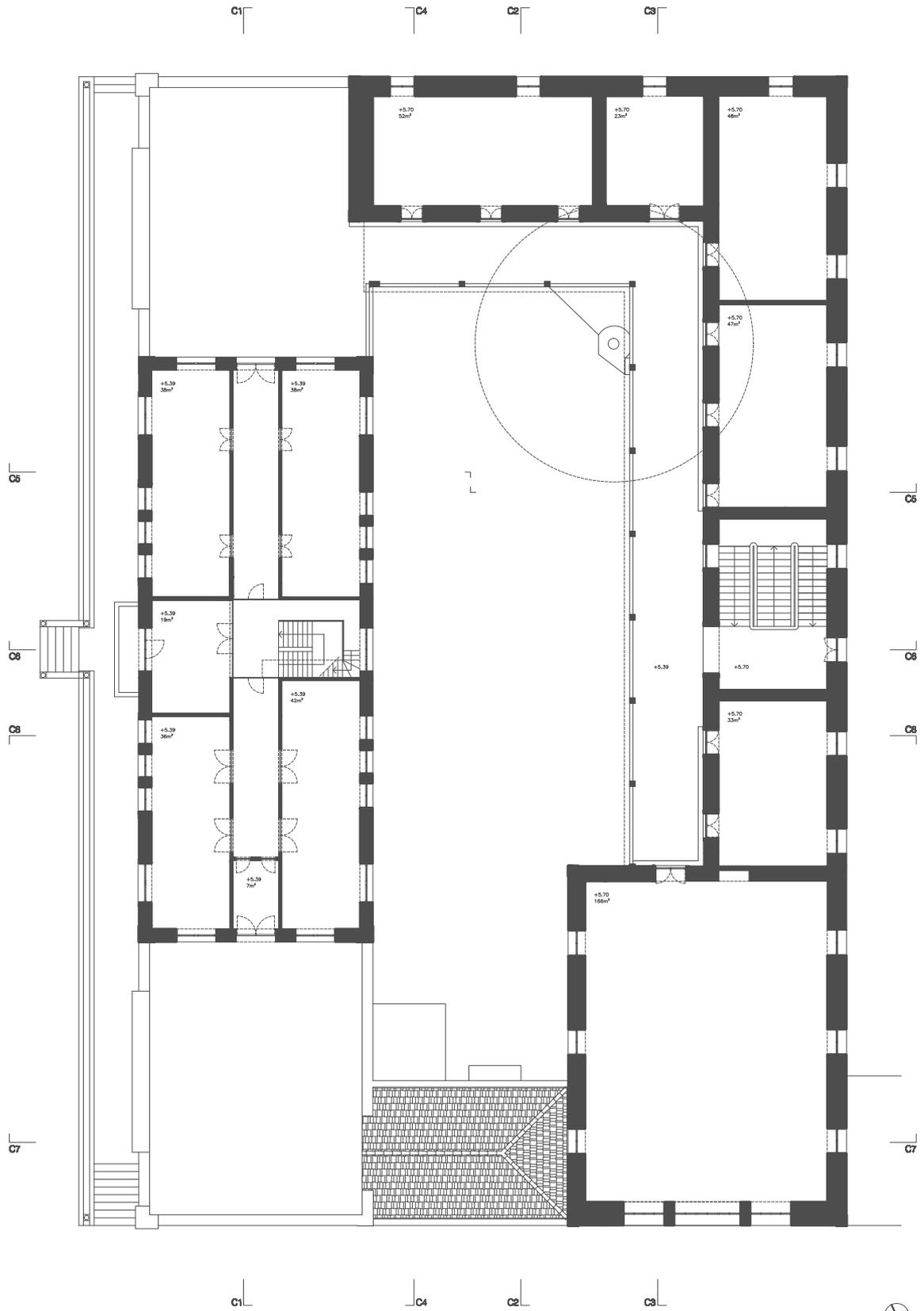




PLANTA DO PISO 0 - PROPOSTA

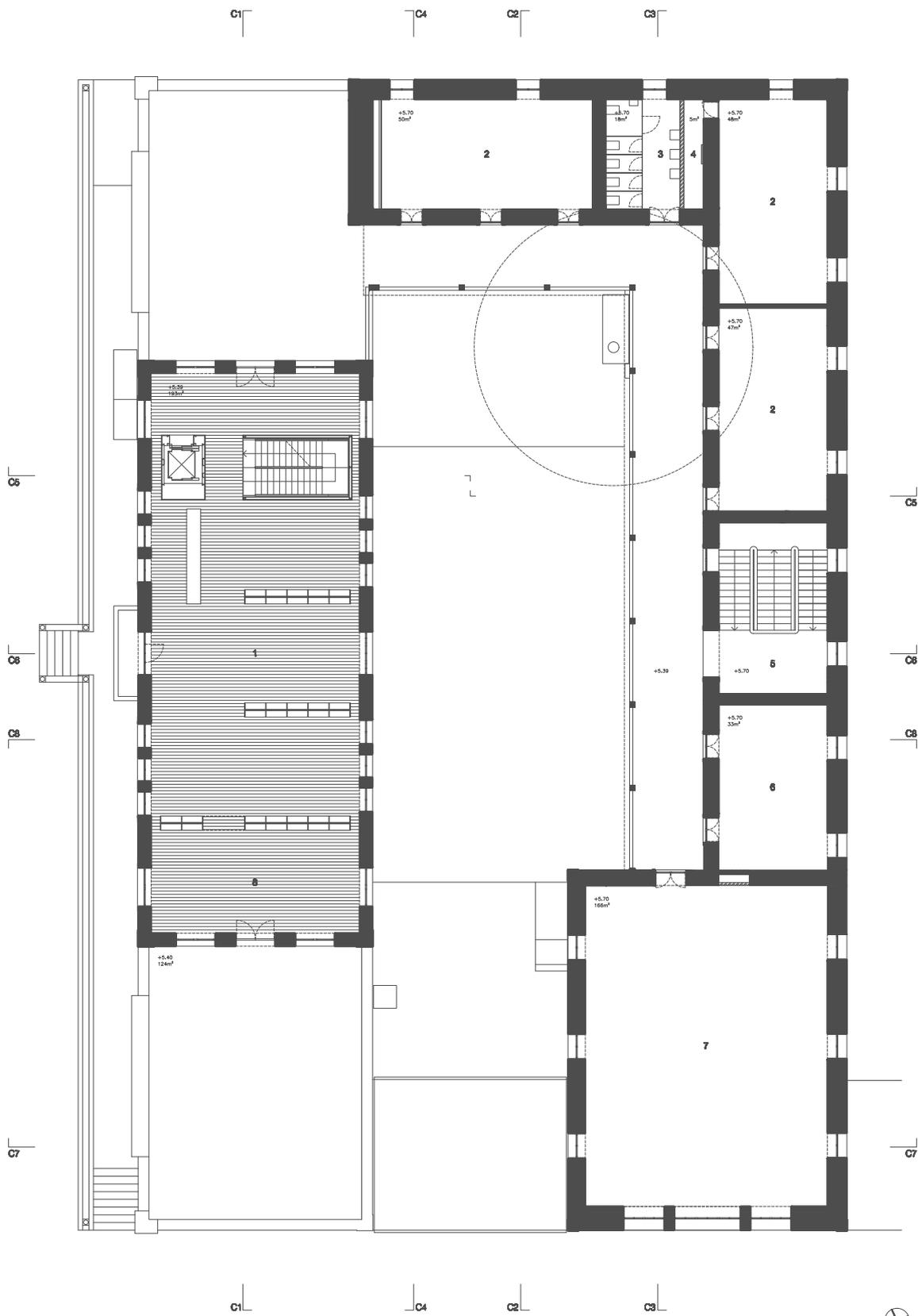


1-ENTRADA 2-RECEPÇÃO/DISTRIBUIÇÃO 3-BAR/CAFETARIA 4-SALA DE EXPOSIÇÃO 5-AUDITORIO 6-COZINHA 7-ARRUMO 8-ATELIER DE ARTES DIGITAIS 9-ATELIER DE GRAVURA/SERI GRAFIA/TÊXTEIS 10-ATELIER POLIVALENTE 11-ATELIER DE FOTOGRAFIA 12-DISTRIBUIÇÃO 13-ADMINISTRAÇÃO/DIREÇÃO 14-SECRETARIA 15-EXPOSIÇÕES TEMPORARIAS 16-SANITARIOS



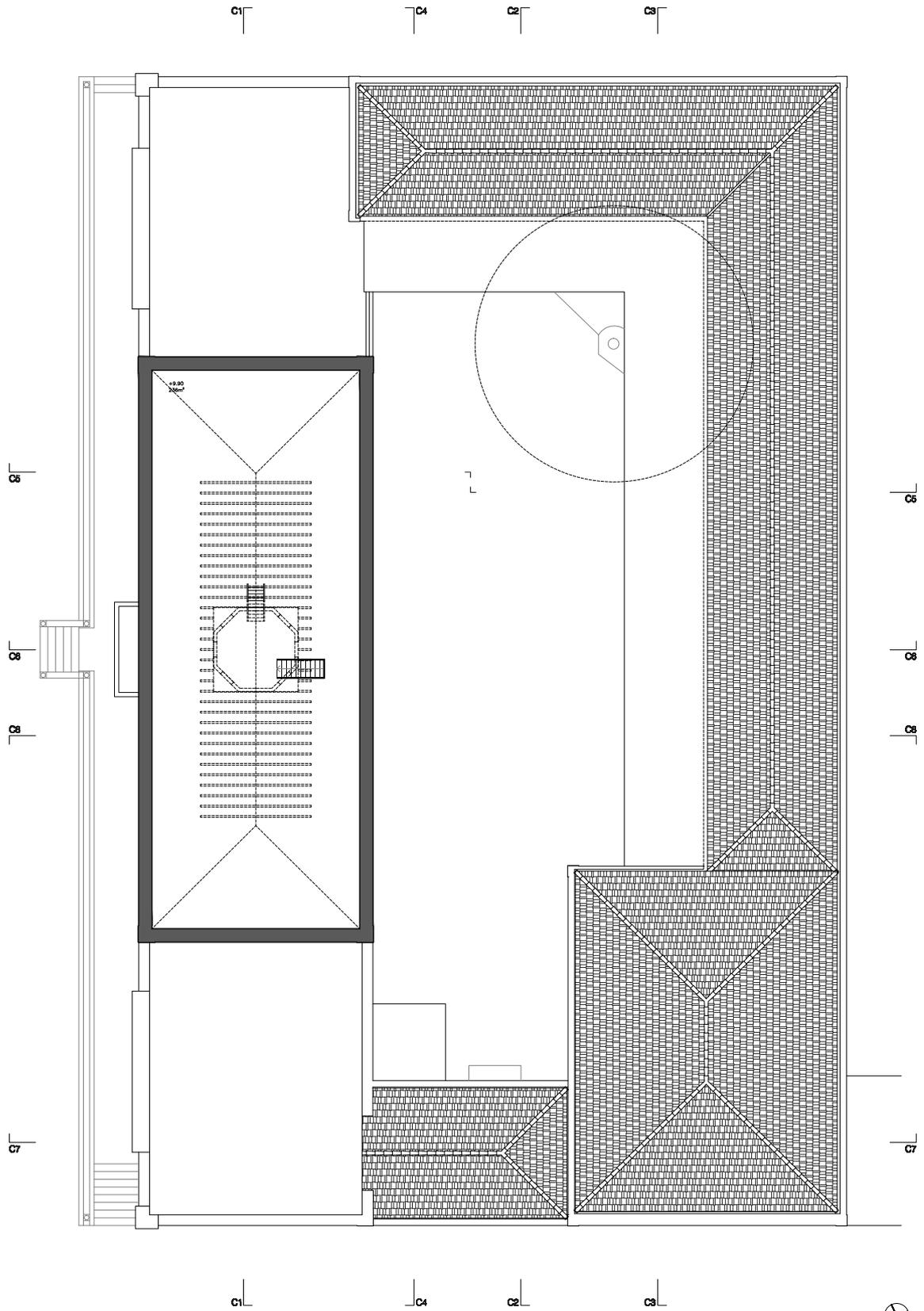
PLANTA DO EXISTENTE - PISO 1





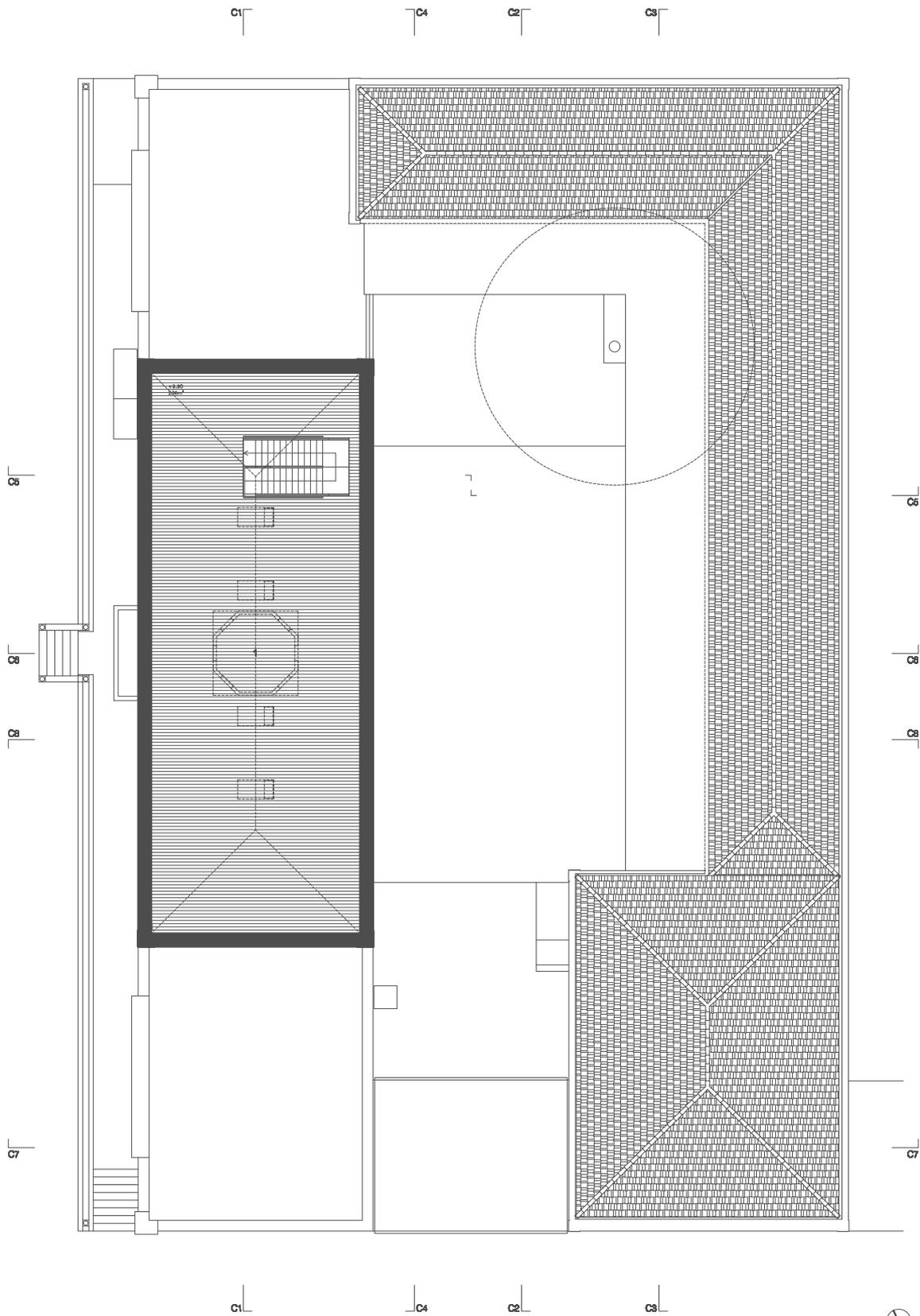
PLANTA DO PISO 1 - PROPOSTA

1-BIBLIOTECA 2-SALA DE AULA 3-SANITARIOS 4-ARRUMO 5-DISTRIBUIÇÃO 6-SALA DE APOIO 7-SALA DE DESENHO/PROJECTO 8-SALA DE APOIO DA BIBIOTECA



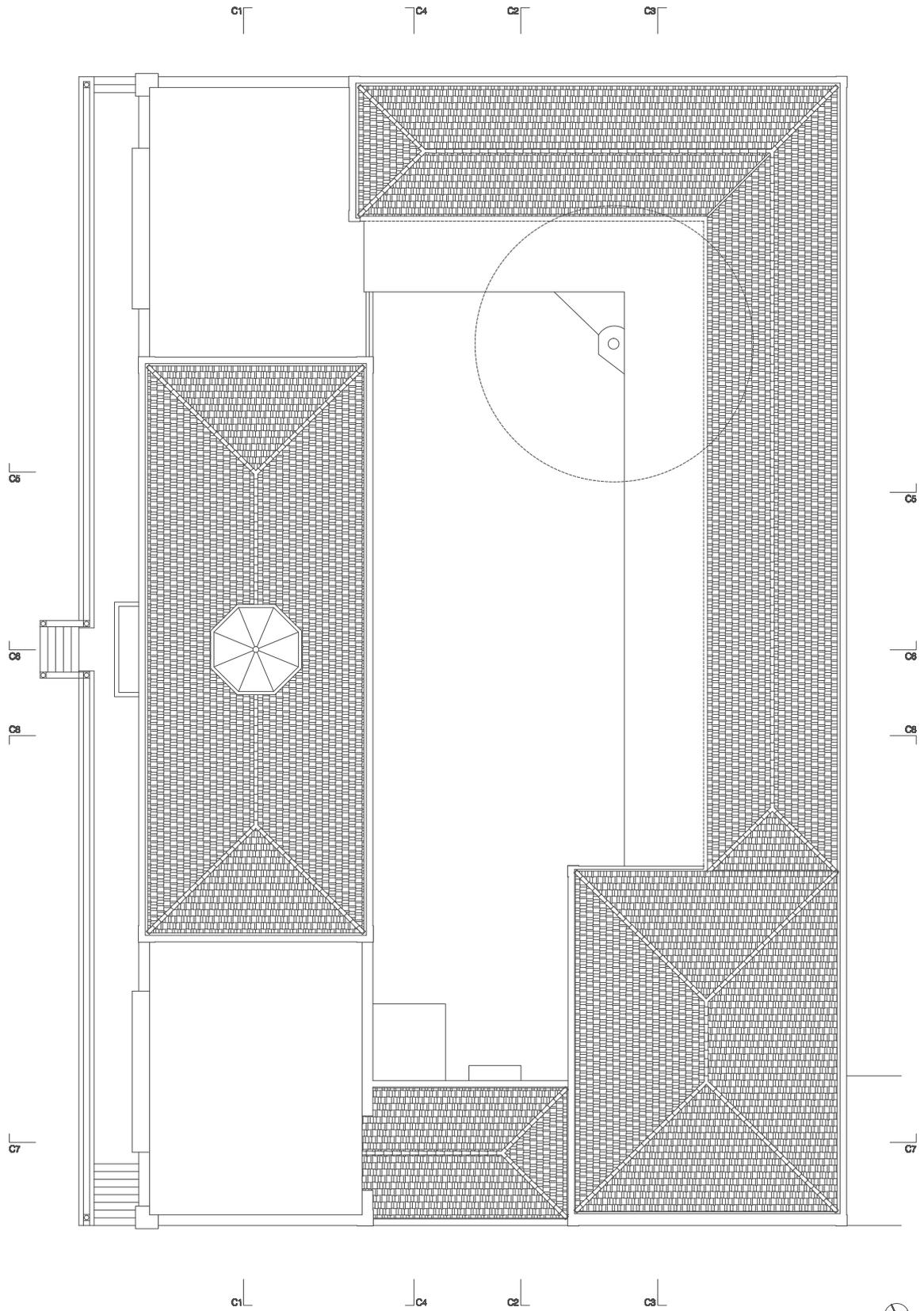
PLANTA DO EXISTENTE - PISO 2





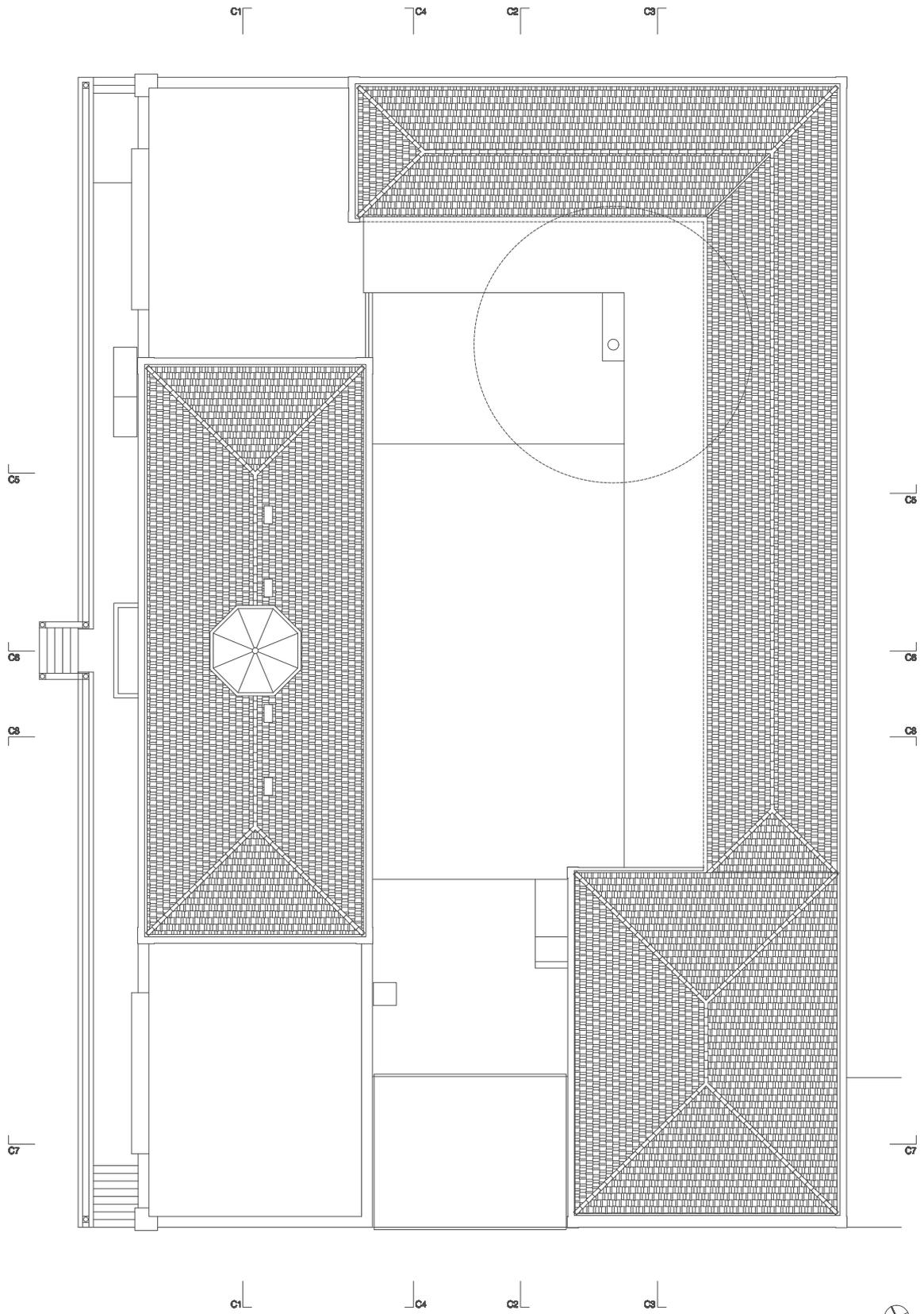
PLANTA DO PISO 2 - PROPOSTA

1-ESPAÇO POLIVALENTE/OFICINA DE MÚSICA

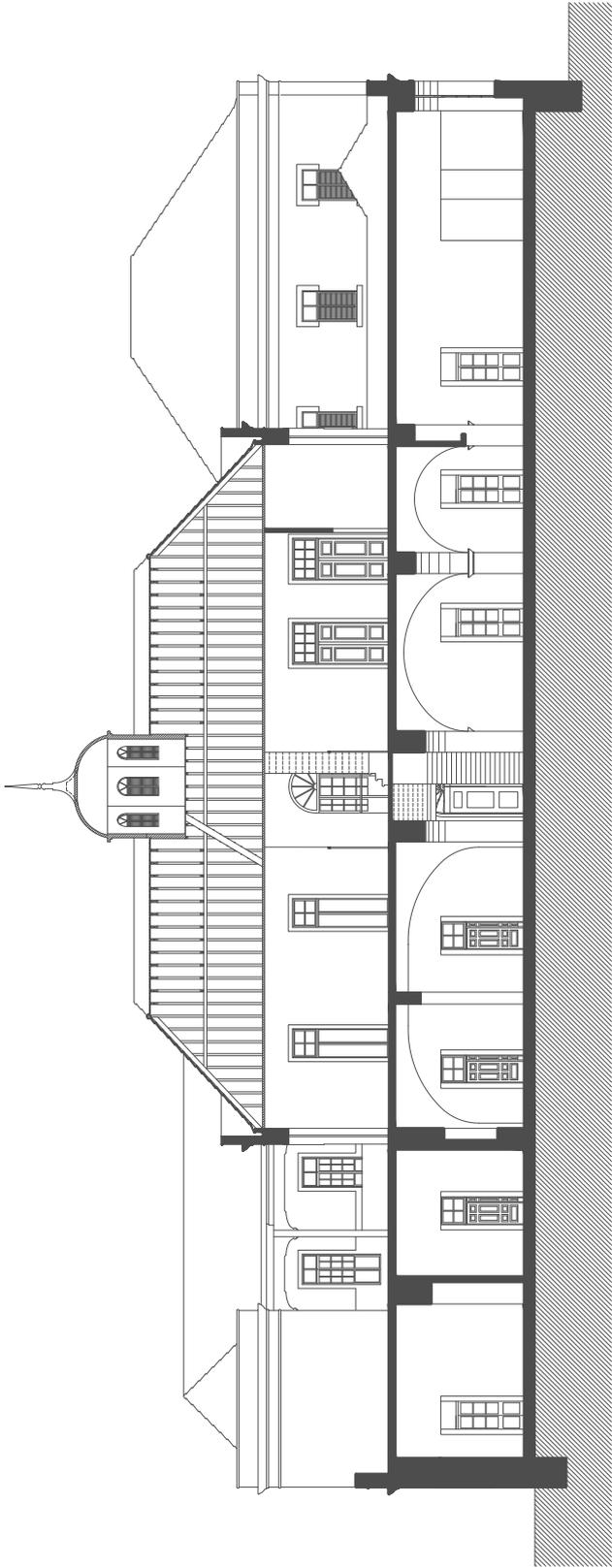


PLANTA DO EXISTENTE - COBERTURA

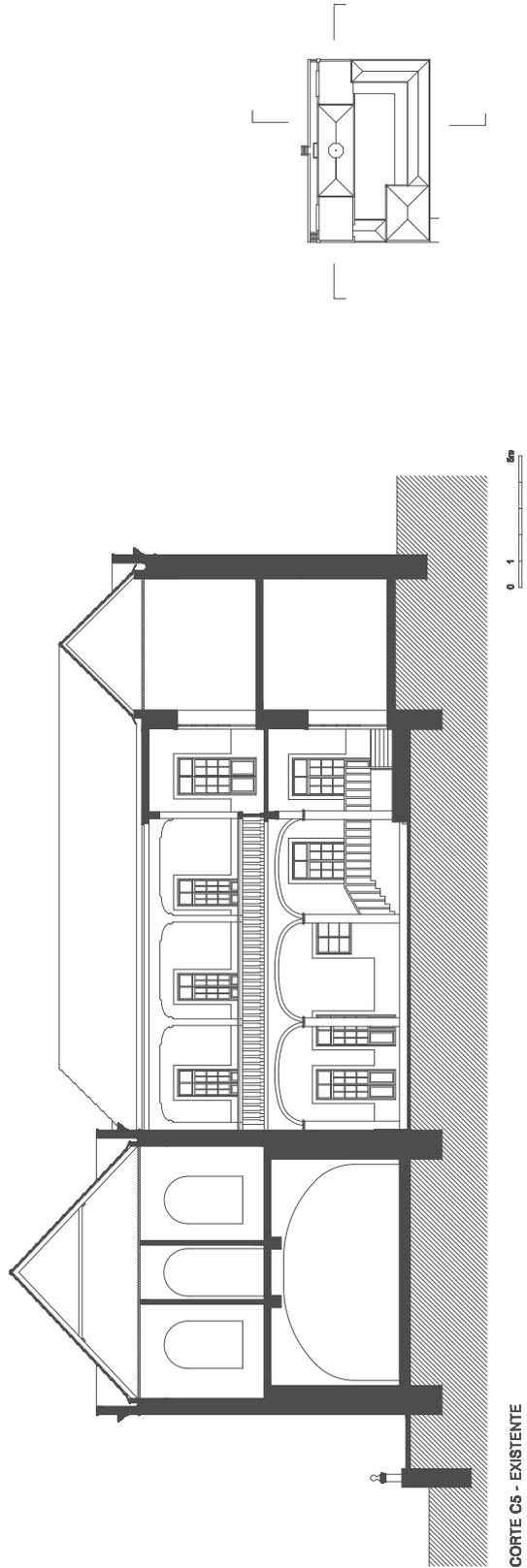




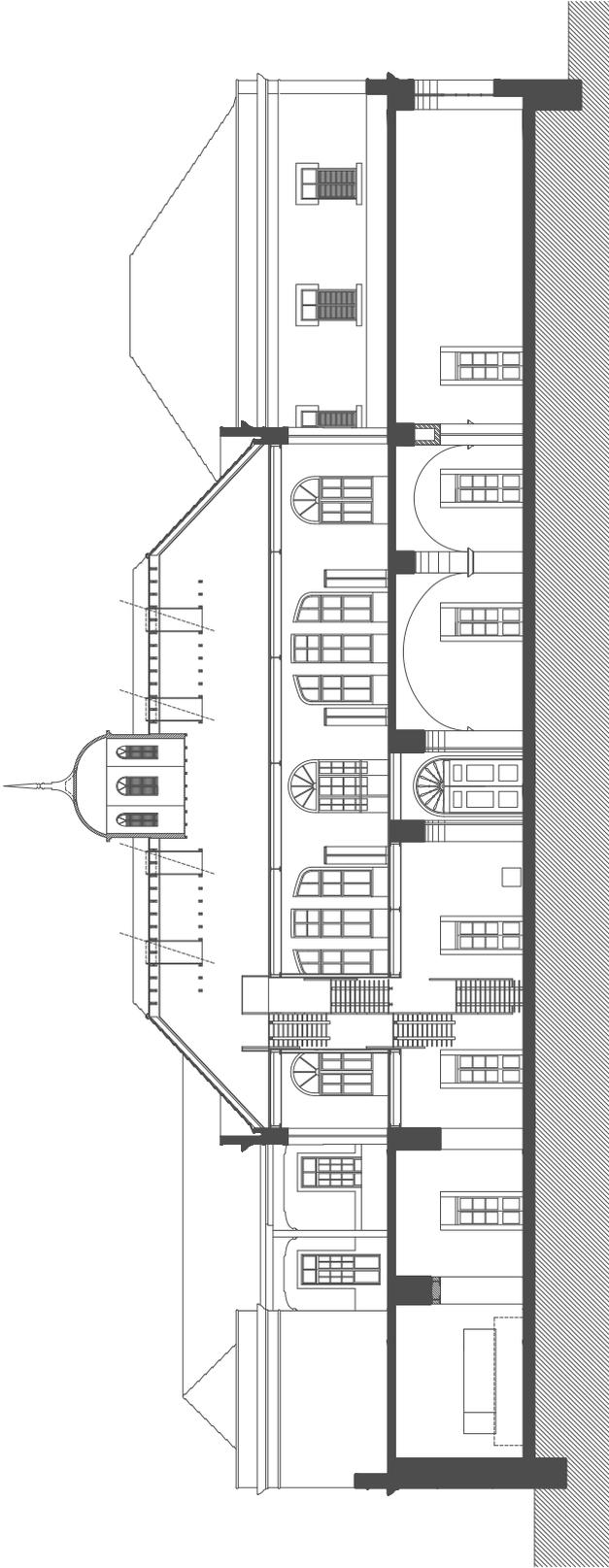
PLANTA DA COBERTURA - PROPOSTA



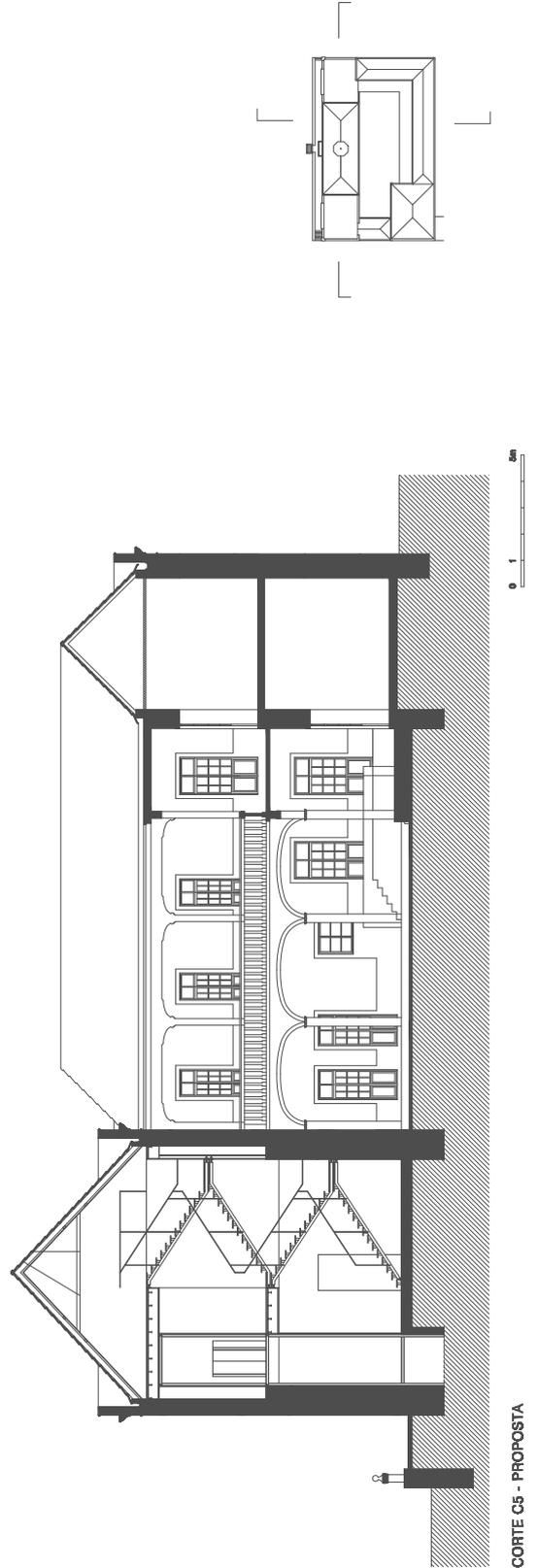
CORTE C1 - EXISTENTE



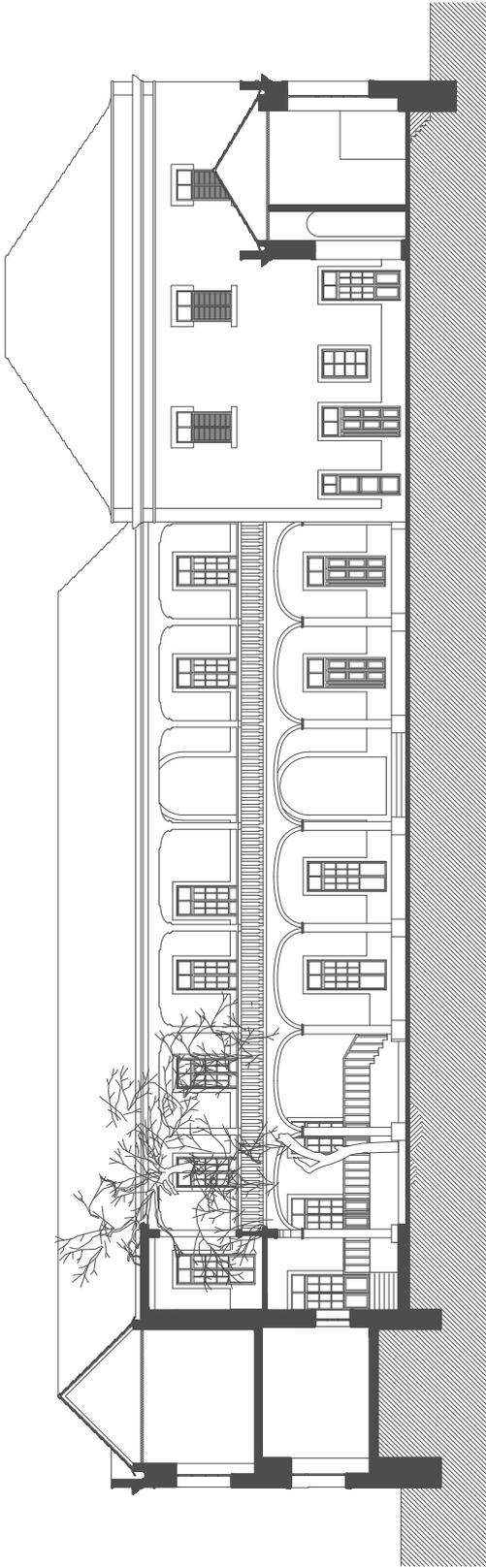
CORTE C5 - EXISTENTE



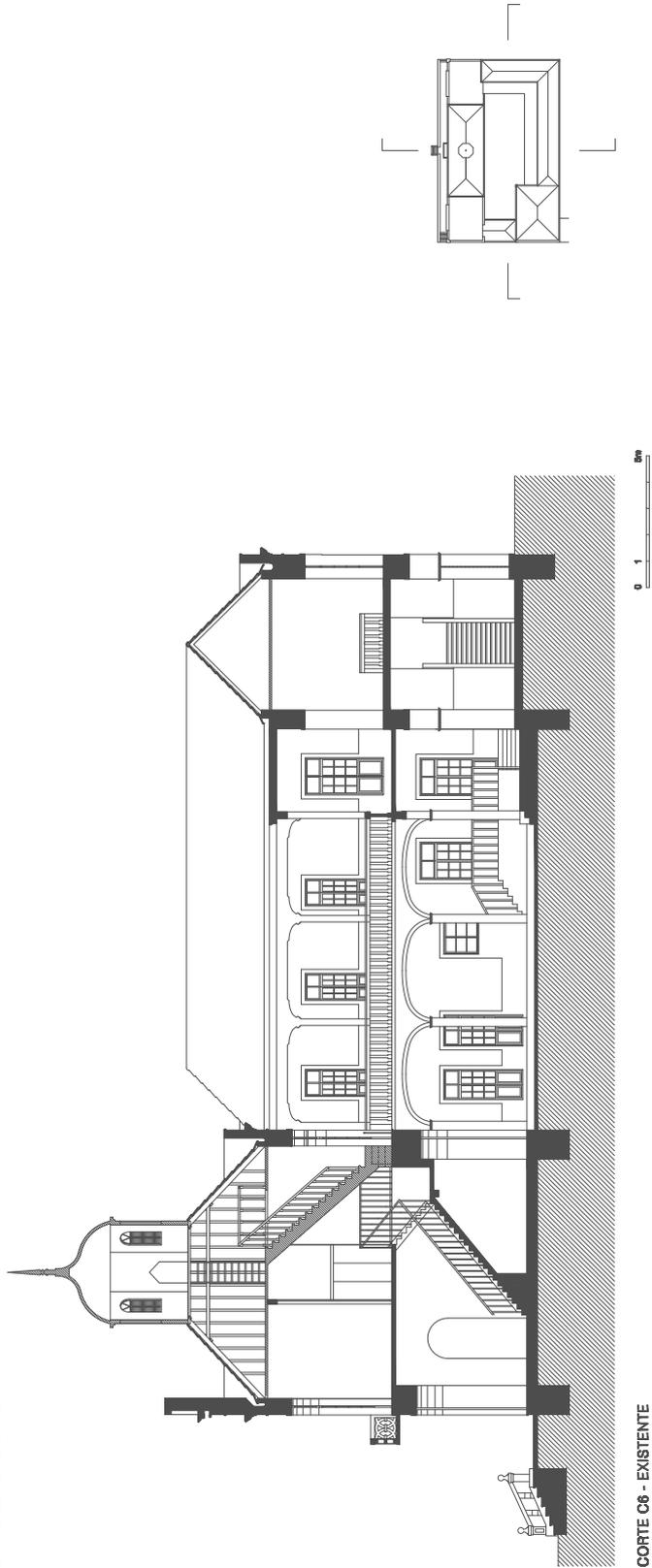
CORTE C1 - PROPOSTA



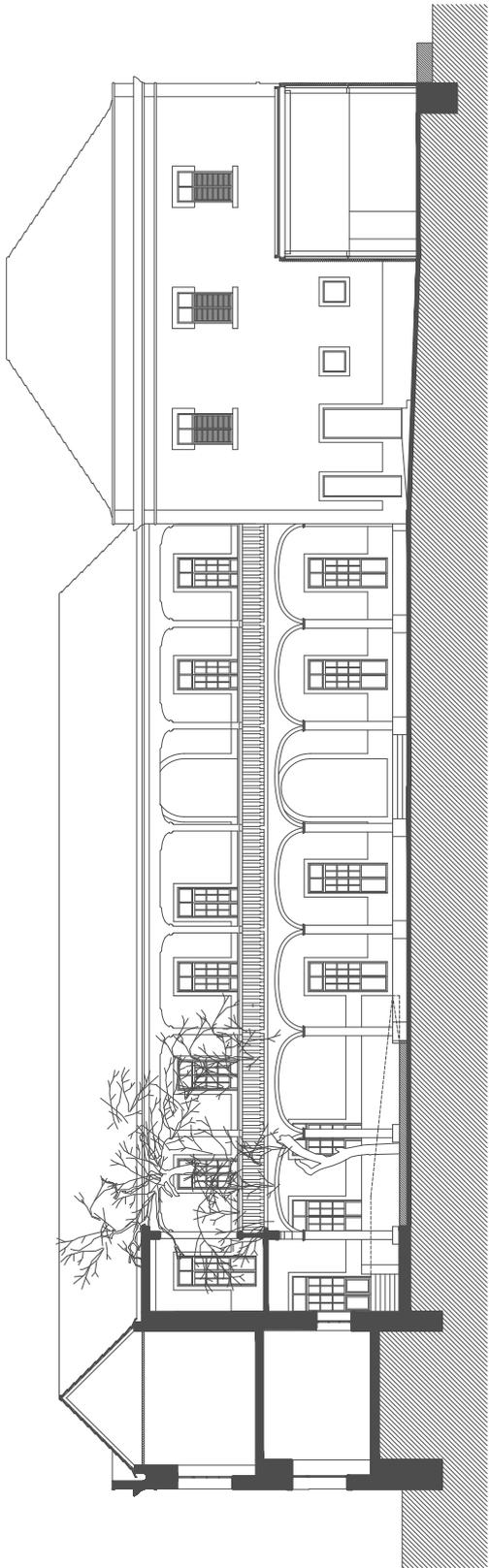
CORTE C5 - PROPOSTA



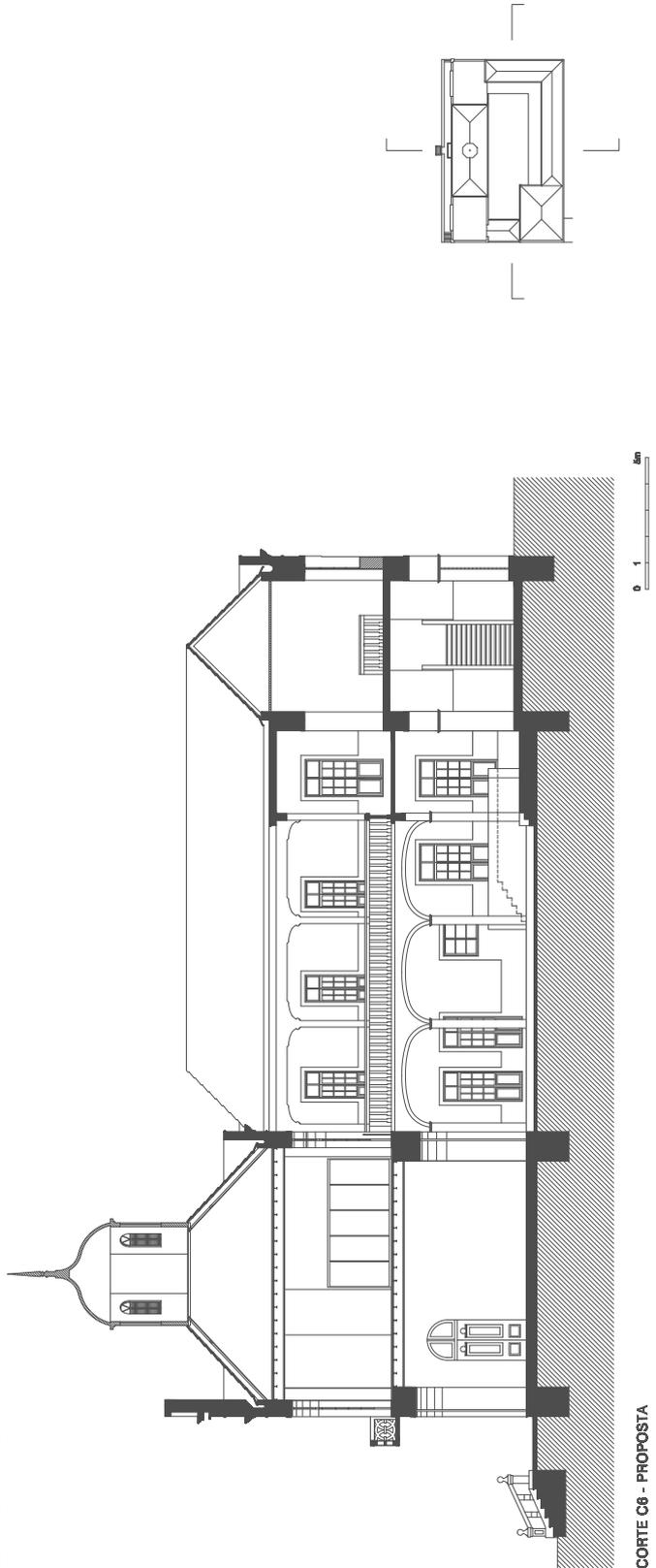
CORTE C2 - EXISTENTE



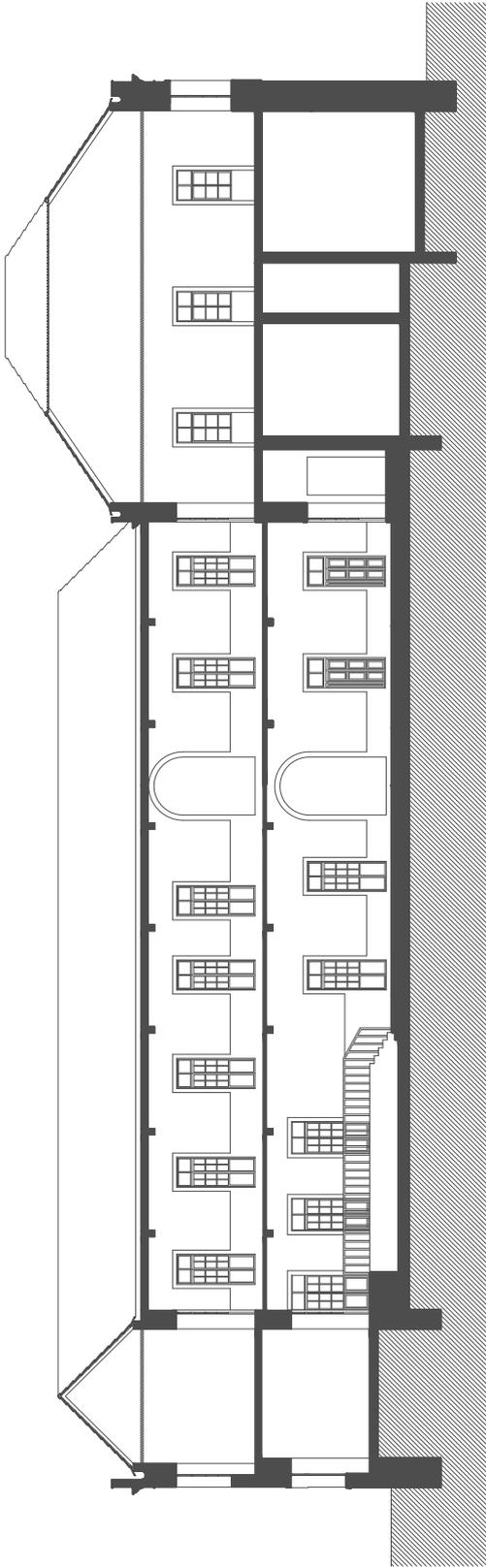
CORTE C6 - EXISTENTE



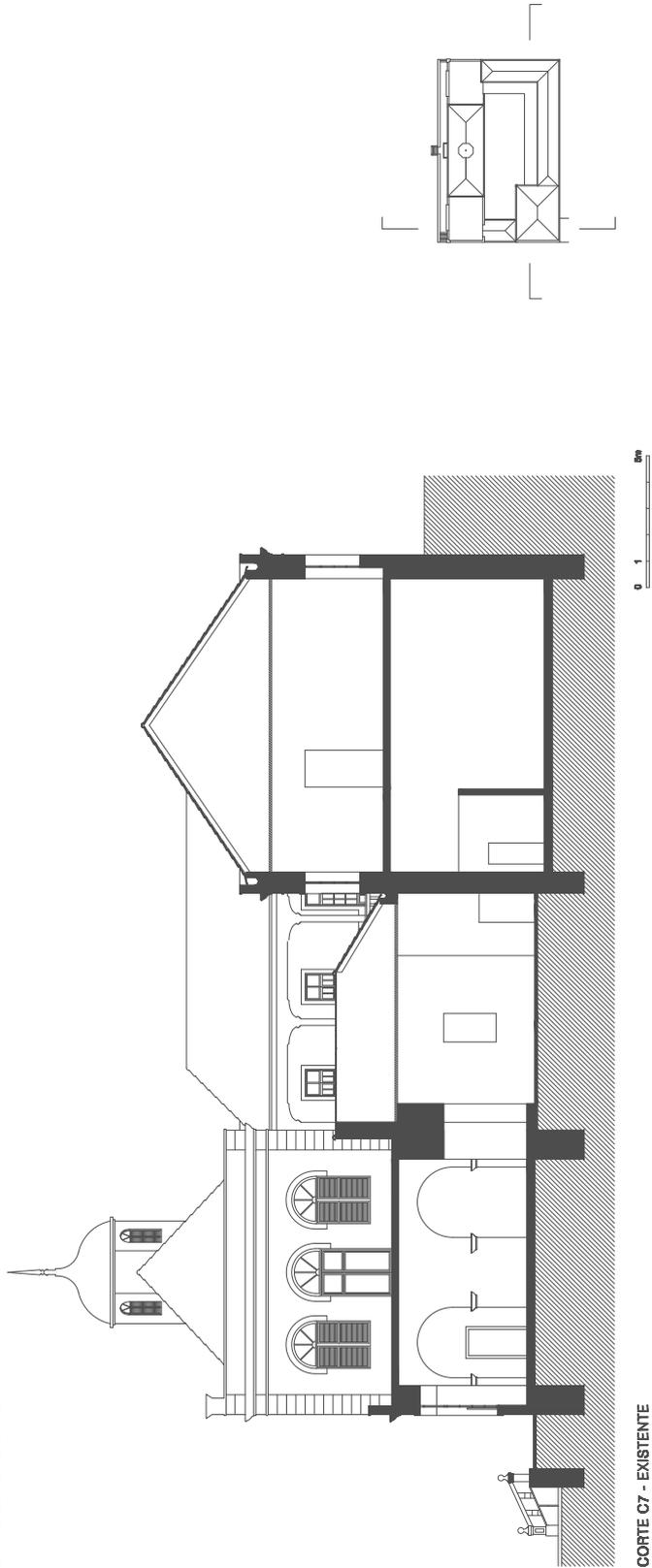
CORTE C2 - PROPOSTA



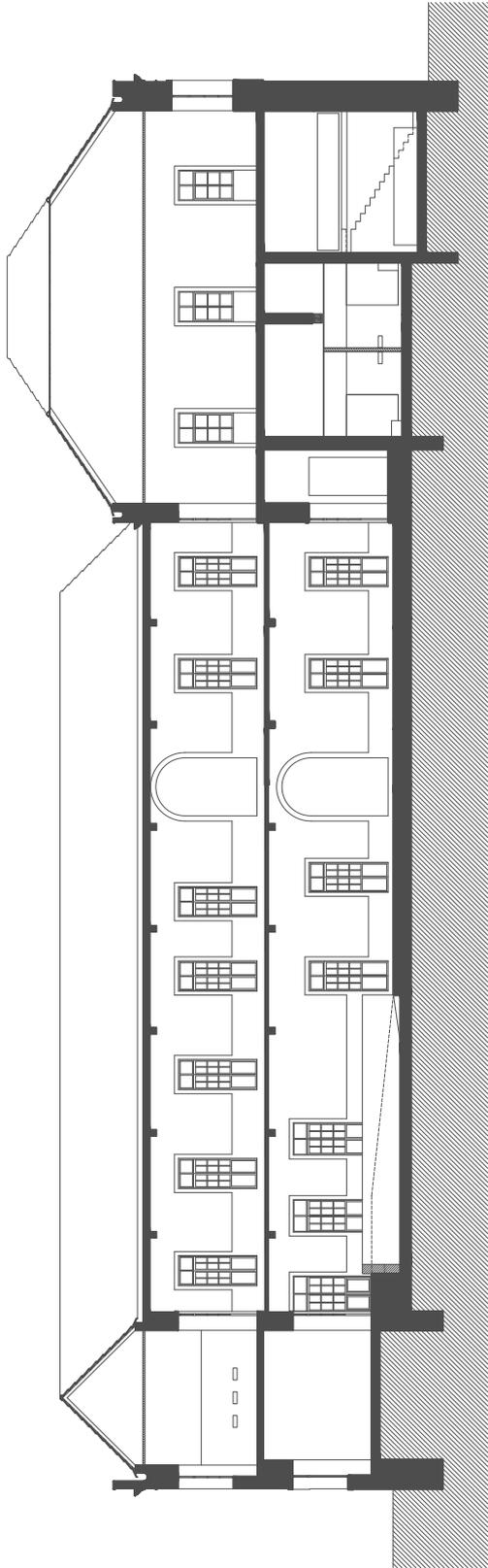
CORTE C6 - PROPOSTA



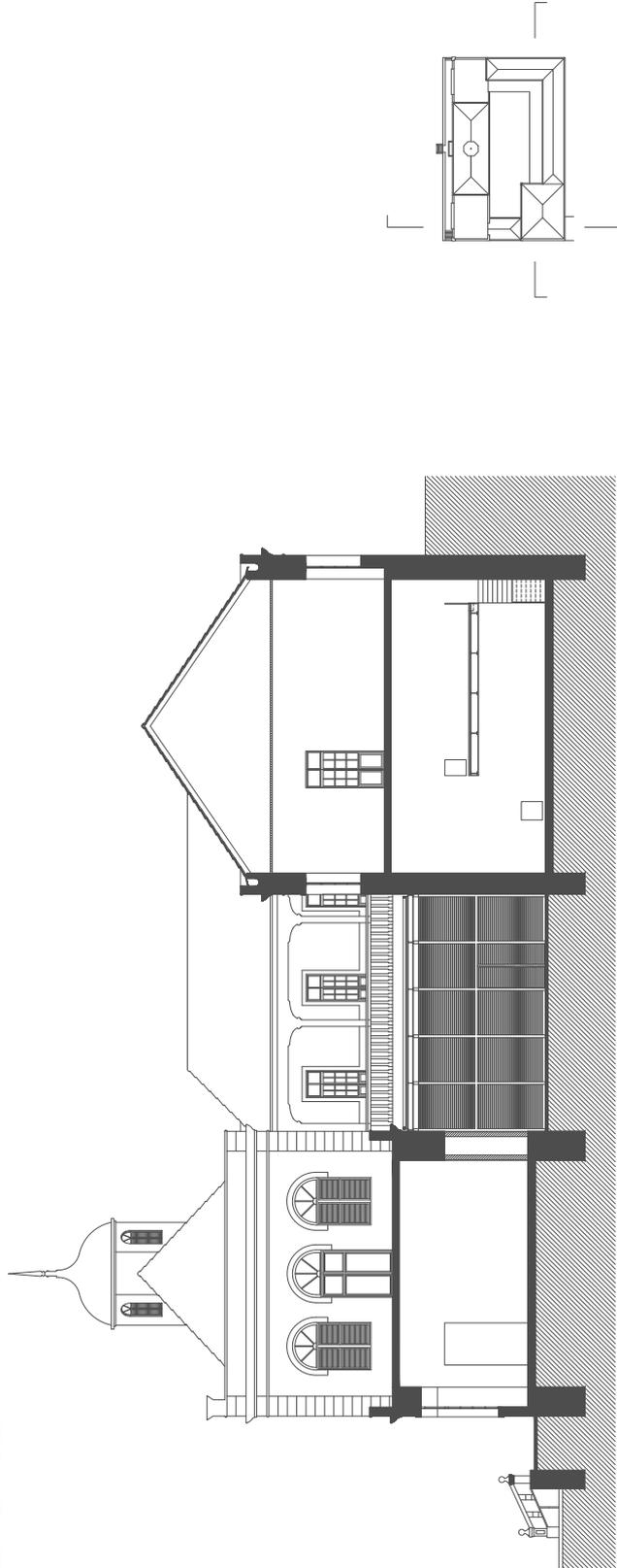
CORTE C3 - EXISTENTE



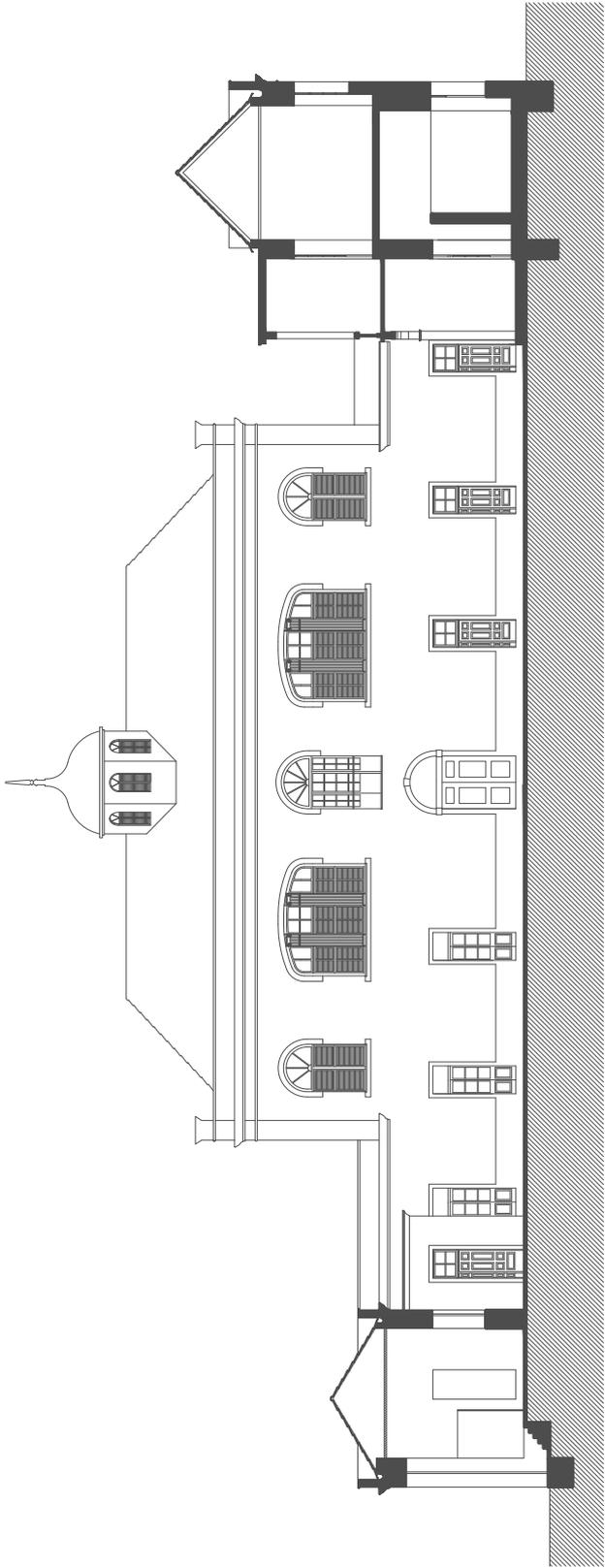
CORTE C7 - EXISTENTE



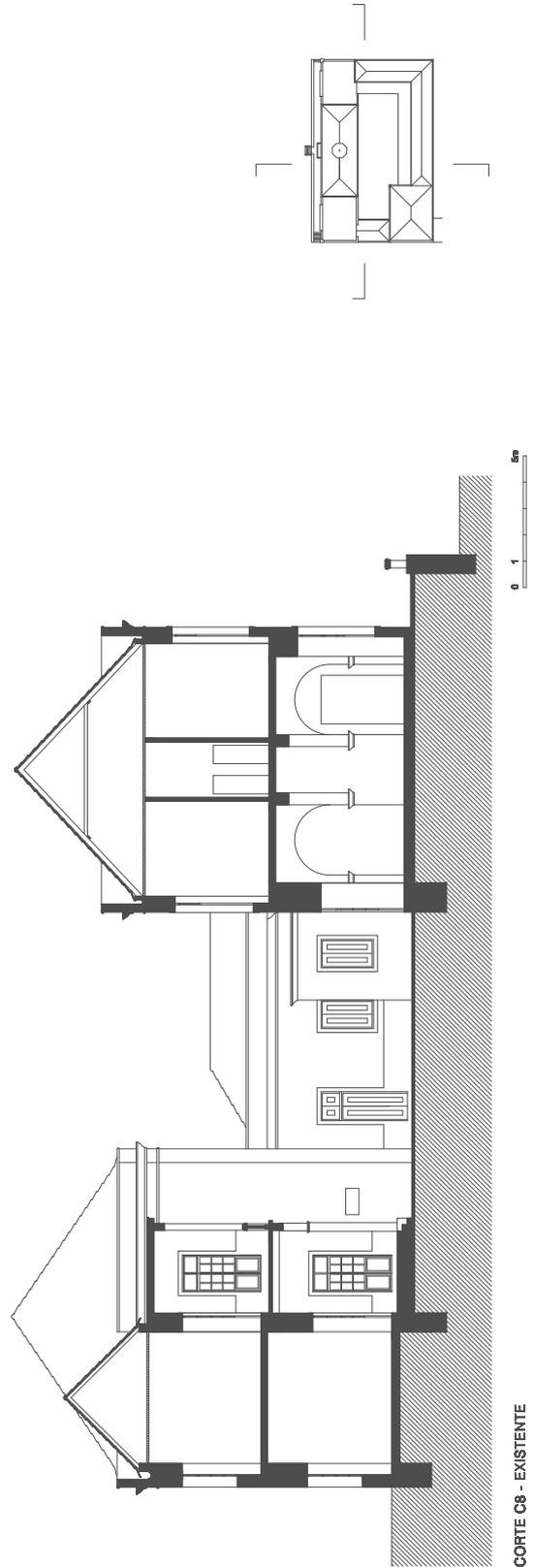
CORTE C3 - PROPOSTA



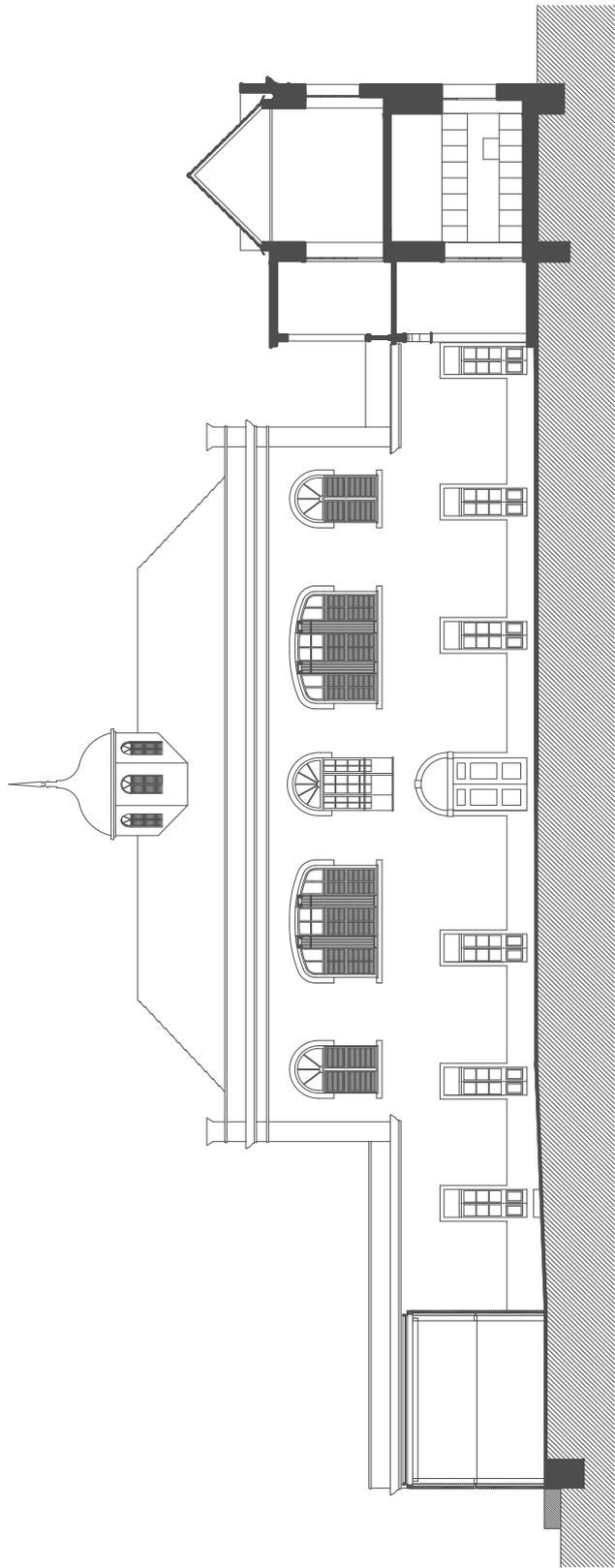
CORTE C7 - PROPOSTA



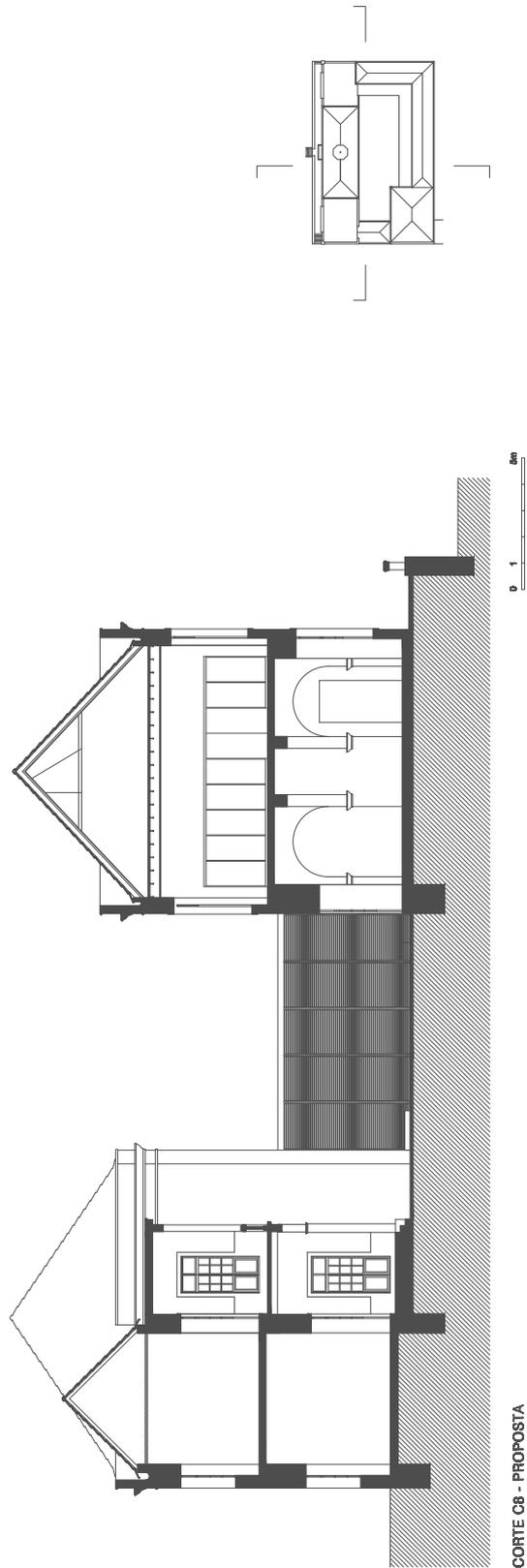
CORTE C4 - EXISTENTE



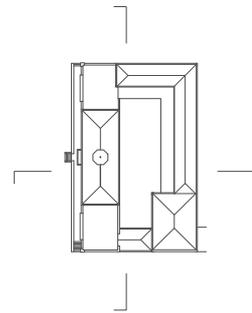
CORTE C8 - EXISTENTE

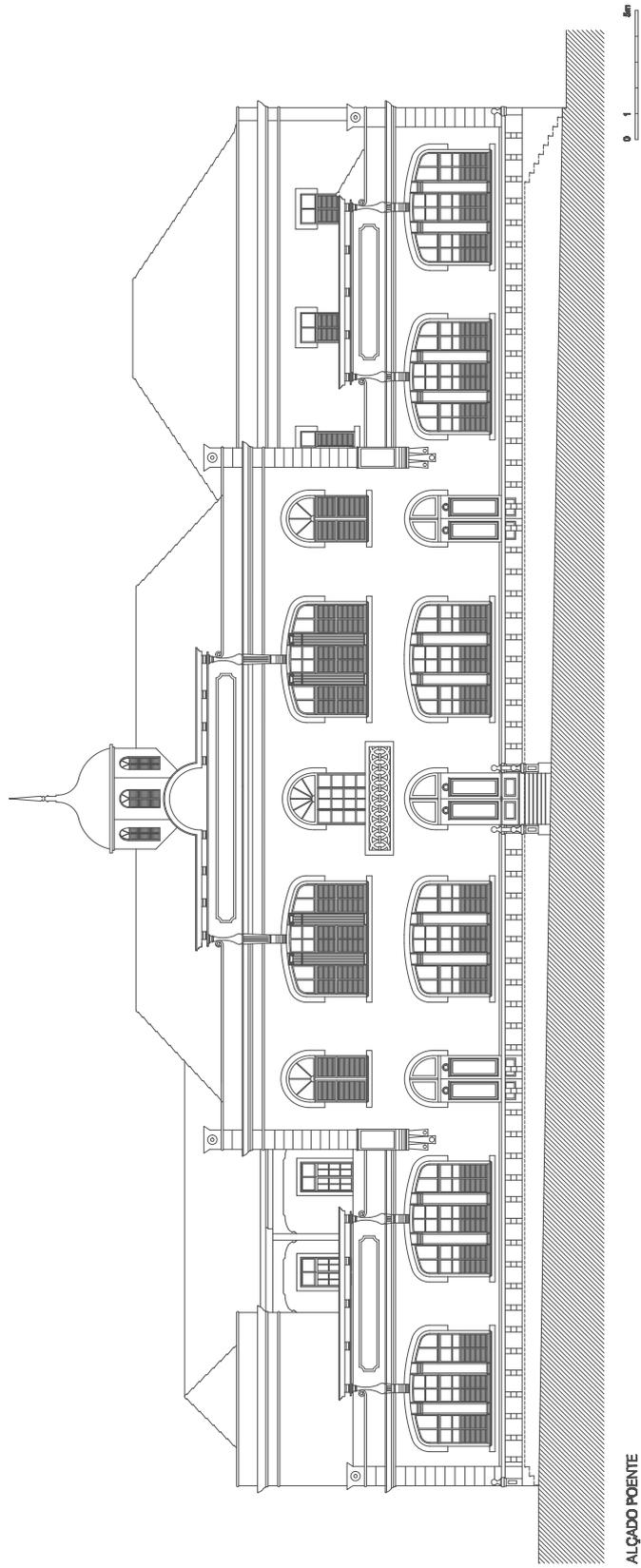


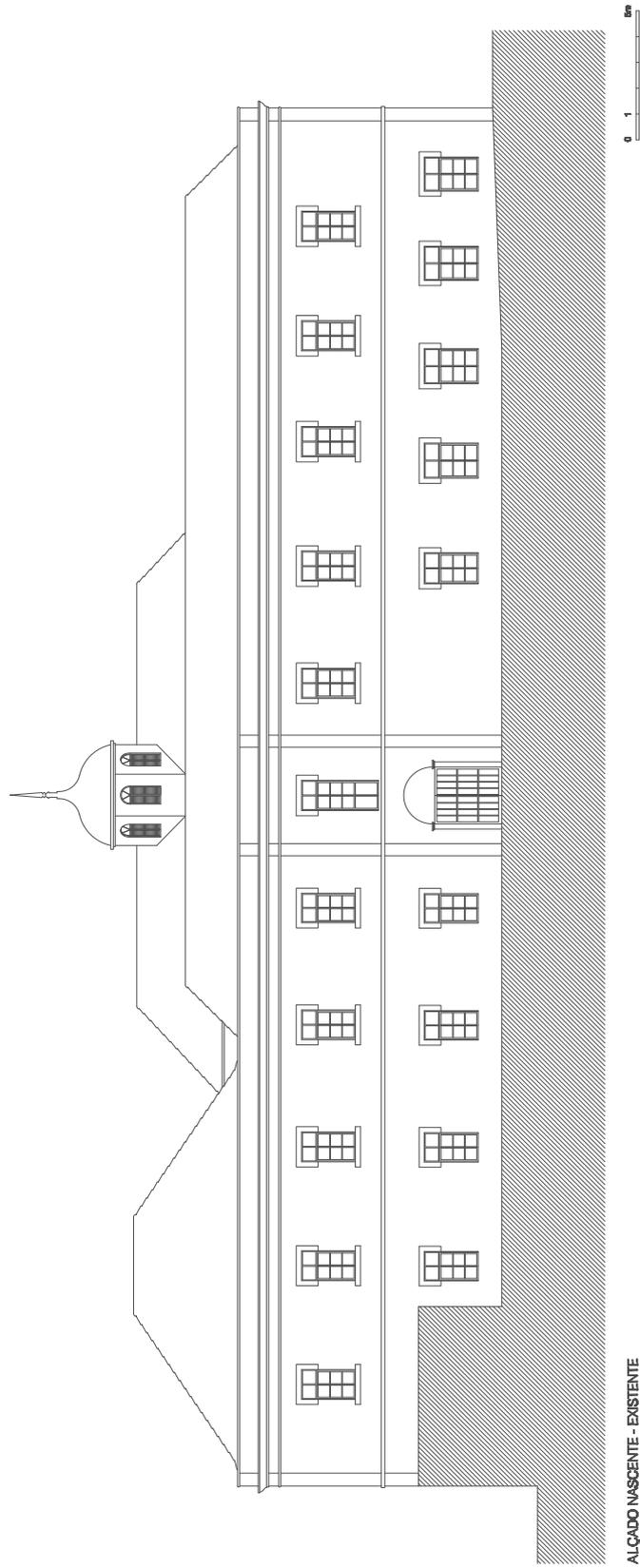
CORTE C4 - PROPOSTA



CORTE C6 - PROPOSTA









ALÇADO SUL - EXISTENTE



ALÇADO SUL - PROPOSTA



ALÇADO NORTE - EXISTENTE

0 1 5m



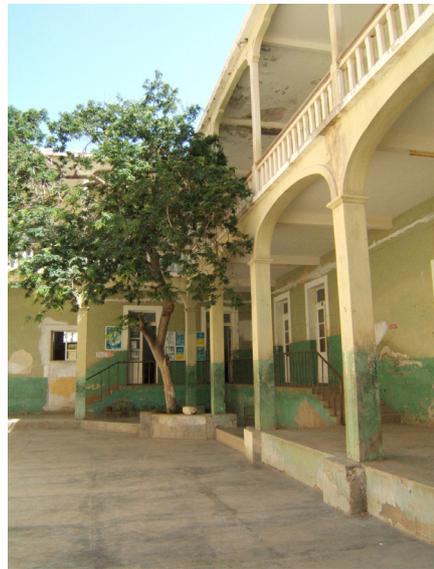
Vista do alçado Sul



Vista do alçado Norte



Vista do alçado principal (Poente)



Escada do corpo a Nascente

Vistas do patio



Terraço a Norte (corpo principal)



Galeria coberta (corpo a Nascente)



Vista do terraço a Sul (corpo principal)



O sótão



Sala no primeiro piso (corpo a Poente)



Estrutura (proposto espaço de recepção)



Corredor no primeiro piso (corpo principal)



Estrutura (proposto espaço de exposição)



Escada no corpo principal